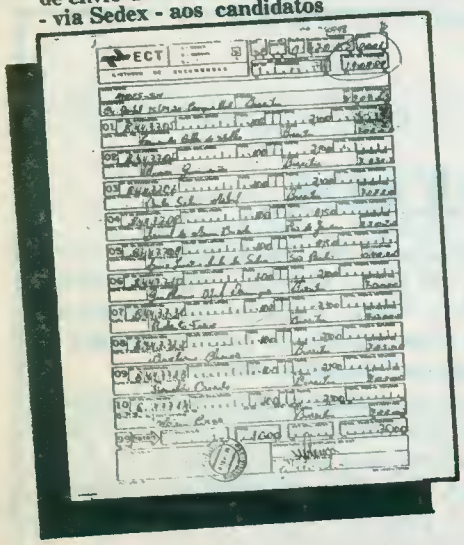
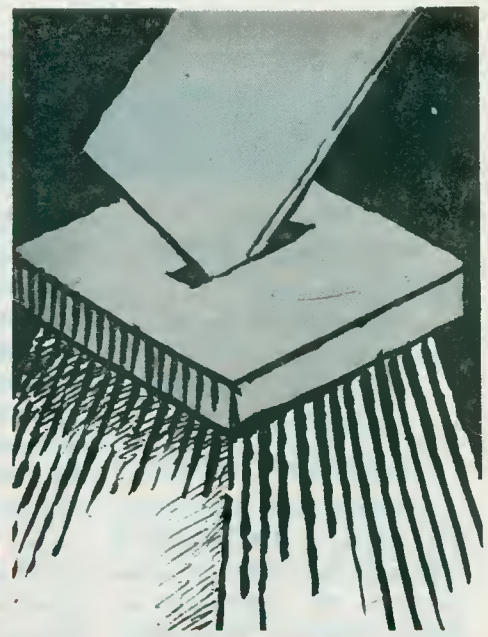
Abaixo, "fac simile" do comprovante de envio de correspondência - via Sedex - aos candidatos



SINDICATO ANDES NACIONAL

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior



Educação, Ciência e Tecnologia na fala dos candidatos

Páginas 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, e 12

Ensino Público e Gratuito: Direito de todos. Dever do Estado. Outubro/89

Editorial



Os docentes das IES e as eleições

Dia 15 de novembro, quase três décadas após as últimas eleições presidenciais diretas, o povo brasileiro voltará às urnas para escolher o principal dirigente da nação.

Com toda probabilidade, dado o resultado das pesquisas de opinião até aqui divulgadas, um segundo turno de votação ocorrerá a seguir.

O Movimento Docente somou suas forças às do conjunto da classe trabalhadora na luta para que este evento tão postergado ocorresse. Na resistência à ditadura, nos comitês pelas "Diretas-Já!", ao lado de entidades como a OAB, ABI, CUT, CGT, na denúncia da farsa dos "colégios eleitorais" — enfim, na defesa dos mais caros anseios democráticos da população, os docentes das IES, seu movimento, suas organizações, se fizeram presentes.

O direito de voto será exercido num momento de agudização da crise econômica: índices de inflação nunca vistos, especulação desenfreada, concentração acelerada da renda nacional; sucateamento do serviço público. Sarney lega ao futuro governo uma proposta orçamentária que, se aprovada no Congresso Nacional, destina 64,4% da arrecadação federal ao pagamento das ilegítimas dívidas externa e interna (juros + amortizações); que, além disso, prevê nos ítens de investimentos que as Forças Armadas receberão o triplo do que se pretende destinar à Previdência, o triplo do que se destinaria à Educação, cinco vezes mais que para Ciência e Tecnologia.

Para a classe dominante, trata-se de buscar soluções neoliberais, privatizantes, chegar a novas capitulações com a banca e os monopólios internacionais. Em outras economias latino-americanas (México, Bolívia, Argentina...) já se implementa uma condução, assim balisada, de política econômica e que inexoravelmente significa recessão, desnacionalização, desemprego, miséria. A proposta orçamentária que referimos espelha os desígnios anti-populares da equipe governamental e encontra acolhida e cumplicidade em vários dos "presenciáveis" e seus assessores econômicos.

O XIX CONAD (Uberlândia) aprovou uma série de procedimentos que a ANDES-SN deveria assumir em relação ao processo eleitoral em curso. A principal deliberação foi a da edição de um número especial de nosso Boletim, destinado à problemática eleitoral, preocupado em contribuir para a politização do debate sobre as questões cruciais da Educação, Ciência e Tecnologia.

O exercício do voto, negado ao povo durante mais de um quarto de século, é instrumento decisivo para que vejamos concretizadas nossas aspirações de dignidade profissional e de construção da Universidade pública, de qualidade, que defendemos.

As matérias que publicamos, orientadas pela autonomia que caracteriza nosso Sindicato Nacional face ao Estado, aos patrões e aos Partidos Políticos, pretendem favorecer o debate nas IES e registram perfis e posicionamentos que mostram as divergências entre os candidatos.

Em 1960, 15,5 milhões de eleitores estavam habilitados a votar. Hoje são 82 milhões — um crescimento de 528%, que não é apenas quantitativo. Mudou, em qualidade, a sociedade que vai às urnas, mudou o seu perfil; potencializaram-se problemas estruturais, outros e novos surgiram. Que o voto dos docentes das IES contribua para as mudanças que esta sociedade almeja, necessita — para isso, pretende contribuir este Boletim Especial.

XX CONAD

De 1 a 4 de novembro próximo será realizado o XX CONAD, no Campus da UFPA. "Conjuntura Nacional e Movimento Docente"; "Política Educacional"; "Questões Setoriais e Organizativas fazem parte do temário a ser discutido.

O DIAP e o voto dos candidatos constituintes (Págs. 6/7)

Correspondência

Brasília,
14 de setembro de 1989

DO: Presidente da ANDES-SN
AO: Exmo. Sr.
Candidato à Presidência da República

Excelentíssimo Sennhor:

Fundada como Associação em 1981, a ANDES-SN é hoje o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (IES), representando uma base de 130.000 profissionais, dos quais cerca de 70.000 são sindicalizados. Nosso Sindicato está organizado do Acre à Paraíba, do Amazonas ao Rio Grande do SUL; reúne o magistério das IES públicas e privadas.

O XIX CONAD – Conselho da ANDES – Sindicato Nacional – reunido em agosto p.p. em Uberlândia, deliberou por unanimidade uma série de procedimentos com vistas à participação do Sindicato no processo sucessório presidencial em curso.

Interessa à nossa categoria conhecer dos candidatos ao pleito de novembro o posicionamento a respeito das questõs relativas à Educação, ciência e Tecnologia.

Em anexo estamos remetendo um questionário com 09 quesitos. Correspondência idêntica está sendo enviada aos nove outros candidatos que, até aqui (*) ocupam as 10 primeiras posições nas pesquisas de opinião pública divulgada pela imprensa.

Solicitamos, encarecidamente, que V. Excia. se digne de devolver suas respostas até o próximo dia 04 de outubro, preferencialmente fazendo acompanhar seu texto de uma foto.

Estaremos editando um número especial de nosso Boletim na 2ª semana de outubro, com as respostas que obtivermos. Esclarecemos que nosso informativo tem uma tiragem de 70.000 exemplares, sendo distribuído nas IES de todo o país.

Com esta iniciativa, pensamos contribuir para a politização do debate fundamental a que se dedica a nação. Oferecemos a possibilidade de que as idéias de V. Excia. sobre os temas referidos sejam conhecidas e divulgadas.

Contamos com a colaboração de V. Excia..

Antecipadamente gratos, registramos nesta oportunidade nossas

SAUDAÇÕES SINDICAIS
CARLOS EDUARDO BALDIJÃO
Presidente em exercício
ANDES
SINDICATO NACIONAL

(*) Pesquisa Data-Folha, Folha de São Paulo, 08.09.1989.

Questionário

QUESTIONÁRIO
APRESENTADO AOS
CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

1. De que maneira o senhor considera que seu projeto de política educacional, Científica e Tecnológica se insere em sua proposta global de governo?
2. O número absoluto de analfabetos vem crescendo assustadoramente no país. Em 1985 a pesquisa nacional por amostra de domicílio, do IBGE, estimou que cerca de 17 milhões de indivíduos (20,69% da população maior de 15 anos) são analfabetos.

Como o senhor pretende enfrentar o problema, viabilizando a erradicação do analfabetismo no país?
3. O MEC estimou em 1985 que no país é baixa a percentagem de professores de 1º e 2º graus que possuem curso superior. Os salários oferecidos são reconhecidamente aviltantes em quase todo o território nacional. Desqualificação (e falta de oportunidade de qualificação) e remunerações miseráveis atingem a dignidade da profissão docente e têm conseqüências diretas sobre a qualidade da educação oferecida à população.

Como o senhor pretende contribuir em seu governo para a valorização e dignificação profissional dos docentes brasileiros?
4. A política de privatização da educação superior no Brasil, seguida pelos governos pós-64, resultou em que apenas 41% das matrículas estudantis se fizeram em Universidades e estabelecimentos isolados de 3º grau públicos em 1985. As vagas oferecidas pela rede privada alcançam índice superior a 70% do universo disponível. A expansão da rede privada se fez (e se faz) incentivada pela destinação de recursos públicos de toda ordem.

Ressalvadas as escassas exceções de praxe, a escola superior privada oferece a seus alunos educação de péssima qualidade, as universidades privadas não cumprem o dispositivo constitucional que indissociabiliza ensino, pesquisa e extensão.

Na Constituinte foi derrotada proposta que estabelecia a destinação exclusiva de verbas públicas para a escola pública.

Ver contemplado tal procedimento é objetivo histórico do movimento docente (e estudantil) do país.

Como o senhor se posicionaria face à proposta de emenda constitucional que atendesse a esta aspiração, resultando na destinação exclusiva de recursos públicos para a expansão, desenvolvimento, qualificação da rede educacional pública?
5. A Constituição Federal estabeleceu, em seu artigo 207 a "autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial" das universidades.

A ANDES-SN entende que o conceito de autonomia implica em que a escolha de dirigentes universitários se esgote no interior das IES, não cabendo a norma, até aqui seguida, nas instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de indicação dos Reitores pela Presidência da República com base em listas sêxtuplas.

Qual a sua compreensão a propósito da questão?
6. Nas escolas de 1º e 2º graus públicas (como as IES), a nomeação de dirigentes têm sido historicamente espaço de exercício de práticas clientelísticas/eleitoreiras por parte dos executivos (Federal, Estadual, Municipal). Em todo país docentes e comunidade escolar em geral reivindicam que a designação de Diretores (como a de Reitores), para exercício de mandato definido no tempo, seja atribuição da comunidade escolar, nela se esgotando o processo.

Como o senhor se posiciona face a esta reivindicação, crucial para a democratização da gestão educacional e sua adequação aos interesses da população-alvo?
7. Ano a ano as IFES têm recebido dotações orçamentárias cada vez mais limitadas para o atendimento de suas necessidades de manutenção e investimento.

Conseqüência da atual política de verbas é o sucateamento de instalações, laboratórios, bibliotecas; o abandono da docência por parte de milhares de profissionais qualificados, desestimulados, além disso, pelo arrocho salarial.

A reivindicação histórica do Movimento Docente é de que 27,8% do orçamento das IFES seja destinado na rubrica de "Outros Custeios e Capital", recuperando-se o índice histórico de 1973. Na Exposição de Motivos mec/69/87 o Presidente José Sarney prometia que em 1988 seriam destinados 15% .

Fez letra morta de seu texto, e chegamos à dramática situação atual, que motivou a greve nacional de docentes, servidores e estudantes das ifes no 1º semestre do corrente ano.

Gostaríamos de conhecer sua avaliação do quadro suscintamente descrito, e saber dos objetivos que pretende em relaão à problemática orçamentária das IFES.
8. É axiomática a afirmação de que o desenvolvimento científico tecnológico de uma nação é condição para que seja real e não formal sua independência política e econômica.

Que medidas concretas seu governo assumirá na direção de superar a dependência científica e tecnológica que vive a nação brasileira?
9. O Brasil, malgrada toda limitação de recursos derivada das práticas de privatização concretizadas nos últimos governos, o locus principal da produção científica e tecnológica tem sido a Universidade pública. Esta situação se vê ameaçada: cortes orçamentários, sistemático atraso na liberação de recursos, baixos salários, autoritarismo na gestão de órgãos supervisores, extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Como pretende seu governo tratar a relação Ciência/Tecnologia – Universidade pública?

Obrigado!
Sugestões adicionais serão bem-vindas."

Aos leitores

Formalizamos a remessa de um Questionário aos candidatos à Presidência, via ECT (SEDEX – ver Fac-Símile), dia 19 de setembro. Desde o dia 14 que contactos pessoais e telefônicos foram agilizados com os Comitês e as lideranças partidárias no Congresso Nacional.

Por óbvias questões de espaço e relevância política, nos dirigimos apenas aos dez primeiros colocados nas pesquisas de opinião divulgadas pela DataFolha até 8 de setembro p.p. (até aqui, diga-se de passagem, o "plantel" não se alterou): Collor, Brizola, Lula, covas, Afif, Ulysses, Maluf, Freire, Aureliano, Caiado.

O prazo expressamente solicitado aos candidatos foi o de 4 de outubro. Tivemos de estendê-lo até o dia 20, face à demora no recebimento das respostas. Além desta data, a edição do Boletim perderia sentido. Recebemos respostas dos candidatos Ronaldo Caiado, Mário covas, Fernando Collor, Luiz Inácio da Silva, Ulysses Guimarães.

Os candidatos Roberto Freire, Afif Domingos, Leonel Brizola, Aureliano Chaves e Paulo Maluf não responderam ao Questionário. A assessoria do candidato do PCB que afirma ter postado as respostas, não tinha cópia delas, quando comunicada de que não as receberamos.

Incluímos neste Boletim um resumo das proopostas do candidato Afif Domingos e de Roberto Freire. Buscamos a publicação de textos informativos, baseados naquilo que foi divulgado em suas Plataformas.

Foi impossível obter documento semelhante dos outros candidatos.

As respostas que recebemos foram transcritas literalmente, corrigindo-se apenas eventuais equívocos gráficos. Para evitarmos a repetição dos quesitos formulados, separamos as respostas com retângulos que mencionam o essencial da temática da pergunta que é respondida logo abaixo.

Reproduzimos, a seguir, o texto da correspondência remetida e do Questionário distribuído aos candidatos:

BOLETIM DA ANDES – SINDICATO NACIONAL EXPEDIENTE

Órgão Oficial da ANDES – Sindicato Nacional (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), fundada em 1981. Distribuído gratuitamente. Tiragem: 60.000 exemplares. Número 42 – Ano VIII, outubro de 1989. Correspondência: Caixa Postal 15/2920, Brasília, DF. CEP: 70.919 – Fone: (061) 274-3303 – Telex: NDES 61-1977

DIRETORIA DA ANDES – SINDICATO NACIONAL

Sadi Dal-Rosso - Presidente: Carlos Eduardo M. Baldijão - 1.º Vice-Presidente: M.ª da Glória R. da Silva - 2.º Vice-Presidente: Sílvio Frank Alem - Secretário Geral: Vanderli Fava de Oliveira - 1.º Secretário: Márcia Seroa da M. Brandão - 2.º Secretário: Marco Antonio S. da Faria - 1.º Tesoureiro: Eliane Novato Silva - 2.º Tesoureiro. SUPLENTES: Tanira M. Piacentini - Presidência: Carlos Peraro Filho (falecido) - Secretária M.ª Cloris M. Almeida - Tesouraria.
VICE-PRESIDENTES REGIONAIS: Mário Cardoso - Norte; Yacy Mendonça de Almeida - Nordeste I; Vera Lúcia R. Silva - Nordeste II; Dan Oliveira Santana - Nordeste III; Nicanor Palhares Sá - Centro-Oeste; Fábio Correa Dutra - Leste; Jorge Máximo de Souza - Rio de Janeiro; Edmundo Fernandes Dias - São Paulo; Marcus de Toledo Tito - Sul; Luís Paiva Carapeto - R. G. do Sul; SUPLENTES: Humsilka M.ª de Amorim - Norte; José N. de Oliveira - Nordeste I; Gilsa Luiza da M. Gomes - Nordeste II; Sylvio Q. de Magalhães - Centro-Oeste; Edilamar Rezende - Leste; Deise Mancebo - Rio de Janeiro; Luís Carlos P. M. Filho - Sul; Marino Ledur - R. G. do Sul.

EDITADO SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA GERAL
Edição: Cristina Bravo – MTB 494
Diagramação, Arte Final e Ilustração:
Racsow Texto & Traço – (061) 226-4994
Composição: Entrelinha Composição Ltda – (061) 225-9300
Impressão: Jornal de Brasília

As Universidades desempenham um papel central em C & T, à medida em que deverão se constituir em grandes centros de pesquisas

Covas: descentralização das decisões



O Presidenciável do PSDB não respondeu aos quesitos 7 e 8 do nosso Questionário. Promete que ao fim de seu governo C & T estarão recebendo 2% do PIB; vê nos municípios os "carros-chefes" do programa de combate ao analfabetismo; remete aos Estatutos das IES a questão da escolha de dirigentes, pensando que nas Escolas de 1.º e 2.º graus deve-se deixar às "instâncias estaduais, regionais ou municipais" a decisão sobre a forma de indicação de diretores. Os subsídios às "empresas educacionais" devem se limitar ao previsto na Constituição atual.

Educação, Ciência e Tecnologia no Projeto de Governo

Na realidade, várias são as políticas fundamentais para o desenvolvimento que a social-democracia propõe e, portanto, estão inseridas na proposta global de governo.

Para acabar com a miséria e diminuir a desigualdade social e regional o Brasil precisa de políticas de desenvolvimento que enfatizem o aumento da produtividade da mão-de-obra. Esta ênfase não se restringe à indústria mas alcança o setor agrário e o setor de serviços.

A revolução tecnológica em curso a nível mundial envolve tanto a introdução de novos produtos e processos produtivos nos setores da informática, microeletrônica, mecânica de precisão, química fina, engenharia genética, novos materiais, bio-tecnologia, como inovações do trabalho dentro das empresas e na integração entre empresas. Essas transformações permitem extraordinários ganhos de produtividade. A linha da política tecnológica do PSDB é clara: fortes incentivos à capacitação tecnológica, somados à reativação de pesquisas para o desenvolvimento, permitindo o encadeamento das inovações nos complexos industriais. Só assim, com a modernização tecnológica e a capacitação da mão-de-obra, obter-se-á o essencial: elevação persistente dos salários reais.

O principal agente do desenvolvimento científico e tecnológico é a pesquisa. É ela que correlaciona fortemente, nas sociedades modernas, o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da indústria.

O programa de ciência e tecnologia do PSDB visa a elevação gradativa da aplicação de recursos públicos e privados em ciência e tecnologia, até atingir, em cinco anos, o correspondente a 2% do PIB brasileiro.

O aumento de gastos será canalizado em duas direções: por um lado, fortalecendo as instituições de pesquisa, e por outro, num forte estímulo à qualificação da juventude para a atividade científica e reciclagem de especialistas.

Quanto à educação de um modo geral, sabemos que a educação escolar em todos os níveis é instrumento fundamental de formação da cidadania. A condição para que o Brasil venha a ser uma nação moderna e progressista, com melhor distribuição de renda e maior capacitação tecnológica, é que ocora uma verdadeira revolução educacional.

Será necessário uma vontade férrea da sociedade e do governo em gastar bem os recursos disponíveis, aumentá-los, acabar com a burocratização e a ineficiência que caracterizam o sistema de ensino de um modo geral.

O PSDB traçou as diretrizes para uma política educacional, levando em conta os preceitos constitucionais e a prioridade para a expansão do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo. Entretanto, tem muito claro como deve ser a educação de jovens adultos trabalhadores e as políticas específicas para os diferentes níveis de ensino, inclusive da importância das Universidades, como grandes centros de pesquisa, sem o que não asseguraremos ao país o desenvolvimento científico e tecnológico e a formação de pesquisadores e pessoal altamente qualificado exigidos pela sociedade moderna.

Erradicação do Analfabetismo

Contamos com o respaldo do texto constitucional que no Artigo 60 das Disposições Transitórias assegura que 50% dos recursos destinados à educação a que se refere o Artigo 212 da Constituição Brasileira serão utilizados na erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.

Dos 20 milhões de analfabetos de 15 anos ou mais, aproximadamente a metade vive na zona urbana. Esta situação implica procedimentos diferenciados:

— na zona urbana, onde o contexto é mais moderno e contamos com a possibilidade da utilização dos equipamentos escolares já existentes, como também dos meios de comunicação, transportes, organizações comunitárias, entre outros, será necessária uma adequação da escola às características de vida e trabalho dessa população. Isso significará implantação de formas novas, flexíveis, de atendimento a esses alunos, com professores-monitores que lhes possibilitem atendimentos em horários adequados, bem como o uso de equipamentos e materiais mais modernos que garantam maior autonomia aos alunos trabalhadores. Buscaremos também mobilizar esquemas que ultrapassem o sistema regular de ensino. Comprometer as empresas, as indústrias, as universidades, ou seja, todos os setores da sociedade para que coloquem recursos físicos e humanos na tarefa de erradicação do analfabetismo.

Essa é uma tarefa para a qual buscaremos comprometer toda a sociedade, conjuntamente com o governo federal cujo papel principal é o de gerenciar, liderar bem e criar incentivos e mecanismos de cobrança que permitam a realização do proposto.

— Quanto à zona rural, teremos que contar com o apoio dos municípios que precisarão ter autonomia e confiança política no governo federal, do qual terão todo apoio.

Os municípios de forma descentralizada serão os verdadeiros carros-chefes executivos do programa de combate ao analfabetismo.

A dispersão e a falta de equipamentos físicos dificultam a execução desse trabalho. Portanto, contaremos com o apoio dos municípios na mobilização das cooperativas, sindicatos, associações e outros setores da região para levar adiante nossa proposta.

Qualificação, Valorização e Dignificação Profissional dos Docentes

Tenho afirmado e reafirmo. Essa será a segunda prioridade do meu governo que vem atrelada à primeira que será a universalização do primeiro grau e o combate ao analfabetismo.

A revalorização profissional e salarial do professor é urgente e sua participação nas decisões educacionais é indispensável. O salário do professor, corroído por uma desvalorização de décadas, coincidente com a expansão quantitativa do ensino, precisa ser progressivamente recomposto no seu valor real. Aqui não existem fórmulas mágicas: é preciso rever prioridades para carrear o máximo possível de recursos para a educação; racionalizar a aplicação de recursos, evitando duplicação, sobreposição e desperdícios entre programas e esferas governamentais; acabar com o inchamento das máquinas públicas, resultado do clientelismo, pagando melhor o professor sim, mas com prioridade para a escola e a sala de aula.

Cortar subsídios, moralizar o uso do dinheiro público, descentralizar decisões e recursos, privatizar setores onde a iniciativa privada pode se mais eficiente, serão formas de poupar esses recursos para aplicá-los em áreas, como a educação, onde cabe ao poder público uma presença e atuação efetivas, sobretudo a nível estadual e municipal.

Diretrizes democraticamente discutidas para planos de carreira e pisos salariais profissionais são necessários para integrar e coordenar a ação das esferas federal, estadual e municipal.

O caminho não será fácil, nem imediato, mas 5 anos poderão dar resultados que farão diferença, avançando significativamente na recomposição salarial do magistério, sob liderança política do governo federal, mas sempre em colaboração com estados e municípios cujas competências e autonomias devem ser respeitadas.

Emenda constitucional: verbas públicas para a escola pública

A posição do PSDB, portanto, a minha, é favorável a que os recursos públicos sejam destinados à escolas públicas.

O governo do PSDB orientar-se-á pelo princípio de que os recursos públicos devem ser destinados para a expansão e melhoria qualitativa do ensino mantido e gerido pelo poder público federal, estadual e municipal.

As entidades privadas de ensino devem ser livres, limitando-se o controle de seu funcionamento por parte do Estado através de uma legislação básica; todavia, tais entidades particulares devem ser mantidas com os recursos daqueles que se disponham a pagá-las, não devendo o princípio da liberdade de ensino servir como forma de legitimar o subsídio público às empresas educacionais particulares, exceto nos casos definidos pela Constituição e a legislação complementar (federal, estadual ou municipal). Neste último caso, o poder público deverá exercer real controle e fiscalização da qualidade do ensino oferecido pelas entidades particulares. — Não permitiremos nenhum viés na interpretação do texto constitucional no que se refere o Artigo 213.

Escolha de Dirigentes nas IES Públicas

A decisão da eleição do Reitor está relacionada à autonomia universitária, garantida no artigo 207 da Constituição Federal às Universidades em geral.

Os estatutos das Universidades deverão estabelecer a forma de escolha de seus dirigentes.

O PSDB como já tem afirmado, buscará dar conteúdo concreto à autonomia das universidades, estabelecendo, com a participação de todos os setores interessados, as medidas administrativas e financeiras que garantam o exercício efetivamente autônomo das funções universitárias, sem prescindir do controle e avaliação externas.

Democratização da gestão das escolas de 1.º e 2.º Graus

No caso de Reitores, acho que, para respeitar a autonomia das Universidades, garantida no texto constitucional, a escolha deve ser feita nos termos de seus próprios estatutos. Quanto à eleição dos Diretores de Escola acho que é uma forma possível de provimento desses cargos, mas que deve ser colocada na perspectiva mais ampla da gestão democrática do ensino público. Sua validade depende da possibilidade de realizar eleições sem influência do corporativismo e de, no contexto do sistema de ensino no qual as eleições seriam adotadas, elas representarem efetivamente um avanço ▶

para democratizar a escolha internamente e na sua relação com a comunidade. Em qualquer caso, contudo, estou convencido de que a gestão democrática do ensino não se esgota no processo de escolha de Diretores de Escola, mas deve incluir necessariamente, formas de participação, acesso à informação, controle e fiscalização por parte dos usuários do sistema de ensino, a nível da unidade escolar e em todas as instâncias da administração do sistema.

Considerando a diversidade do país, não acho aconselhável instituir uma única forma de escolha dos diretores de escolas, mas sim deixar às instâncias estaduais, regionais ou municipais, autonomia para decidirem em cada caso qual a forma que permitirá maior avanço na democratização do ensino público. Há estados, por exemplo, nos quais há várias décadas se realizam concursos públicos de provas e títulos para provimento de todos os cargos da carreira do magistério, e tais concursos foram conquistas da luta dos professores contra o clientelismo político e pela adoção de processos impessoais — portanto, mais democráticos — para escolher os dirigentes escolares.

Universidade Pública e C & T

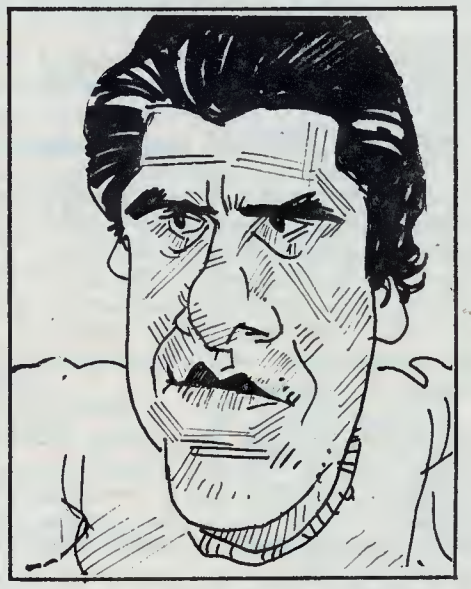
A questão Ciência/Tecnologia – Universidade Pública, será tratada com a prioridade necessária, já respondida em outras questões na qual este tema está colocado, no programa do PSDB, ou seja, Ciência e Tecnologia e Educação estão consideradas dentro das políticas fundamentais para o desenvolvimento, entre outras.

Nessa medida, as Universidades desempenham um papel central, à medida que deverão se constituir em grandes centros de pesquisas.

Cabe ressaltar novamente que o PSDB prevê verba considerável destinada ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, de forma que acreditamos encerrada a fase de atrasos de recursos, baixos salários, interrupções de programas, etc.

"A autonomia tecnológica é uma utopia"
"Não concordo com o xenofobismo com que a questão foi e é tratada no Brasil"

Caiado: C & T sem "xenofobismo"



O candidato do PSD remeteu respostas concisas a nosso questionário, detendo-se na crítica ao "xenofobismo" que, para ele, caracteriza a atual política de C & T, defendendo a "convivência harmoniosa entre ensino público e privado, leigo e confessional", a privatização sem práticas "corruptas", "xenofobia" e "discriminações".

Educação, Ciência e Tecnologia no Projeto de Governo

"O desenvolvimento sócio-econômico do Brasil, nos dias de hoje, depende fundamentalmente do aumento da produtividade e da melhor distribuição de renda.

Assim, a adoção de uma política de Ciência e Tecnologia deve levar em conta dois aspectos. É preciso que os alimentos e demais bens de consumo sejam produzidos com as tecnologias adequadas, capazes de obter o melhor produto, pelo menor preço. Por outro lado, é necessário distribuir melhor a renda, a fim de que o mercado propicie uma indispensável economia de escala, ao mesmo tempo que se permite à população o acesso ao consumo dos bens assim produzidos.

O artigo 218 da atual Constituição define bem o papel do Estado nessa área:

— Promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

Concordo com o artigo 218 e seus parágrafos.

Quanto ao artigo 219, acho-o despropositado, e inteiramente dispensável. A autonomia tecnológica, é uma utopia; o mercado interno é apenas a expressão econômica da sociedade, podendo ser ampliado por programas de integração regional. (*)

As questões de Ciência e Tecnologia ocuparão um lugar prioritário em meu governo. Entretanto, o enfoque do problema será mudado, já que eu não concordo com o xenofobismo com que a questão foi, e é tratada no Brasil.

Considero leviano estabelecer um percentual do PIB à priori, setorialmente, quando o Brasil está doente de muitos males. Devo, inclusive, ressaltar que a questão Ciência e Tecnologia não deve ser tratada de forma vaga e abstrata: trata-se de selecionar as áreas de Ciência e Tecnologia a serem perseguidas pelo Brasil. A auto-suficiência tecnológica é uma utopia, e corremos o risco de nos exaurir na sua busca.

O assunto não pode ser isolado da problemática nacional, de forma que o compreendo como a resultante de vários setores, todos considerados em meu programa de governo:

a) Aumentar a produção, atraindo capitais externos de risco, com o que lograremos:

- melhor nível de emprego, ampliando-se os mercados interno e externo, que propiciará economias de escala para os produtores;
- distribuição de renda, via salários e benefícios indiretos;
- maior receita, o que reduz o déficit público e permite ao governo voltar a investir, inclusive em Ciência e Tecnologia.

b) Absorver tecnologia pela implantação, no país, de capitais externos de risco.

c) Incentivar as empresas brasileiras, e mesmo as não-brasileiras que tenham filiais no país, a dedicar recursos à pesquisa.

d) Concentrar a ação do governo na coordenação de esforços, evitando o excesso de regulamentação e a pulverização de iniciativas;

- o conhecimento humano não tem fronteiras.

Logo, é legítimo e desejável que o país caminhe na direção de todo conhecimento possível.

Quanto ao governo, cuja missão é bem definida e cujos recursos são obtidos através da contribuição de toda a sociedade, estes devem ser alocados para a pesquisa daquilo que possa trazer os maiores benefícios. Disso, decorre uma eleição de prioridades.

Em meu governo, darei prioridade aos seguintes setores:

1) Biotecnologia, para melhorar a produtividade, erradicar as endemias e controlar o meio ambiente;

2) novos materiais, mecânica de precisão e química fina, visando principalmente a respaldar a melhoria da produção brasileira e a conservação de energia;

3) informática, por constituir-se em ferramenta indispensável a todos os setores de uma sociedade moderna.

— O principal avalista do desenvolvimento tecnológico é, sem dúvida, o mercado, que é também o seu maior beneficiário. Em conseqüência, a resolução da problemática econômica nacional impulsionará naturalmente o desenvolvimento tecnológico.

— Nas áreas em que haja um interesse específico não atendido de forma natural, o governo deverá investir, como forma de incentivá-las, aplicando recursos diretamente na produção e nas universidades, de acordo com as suas vocações.

— Em tese, o investimento privado em pesquisas é uma conseqüência natural do mercado; sem necessidade de estímulos especiais. E isso conduzirá o desenvolvimento científico e tecnológico para o seu leito natural. No caso de tecnologias que exijam a intervenção do Estado, esta se fará pela distribuição priorizada de recursos.

Em princípio, a reserva de mercado é nociva, pois penaliza a sociedade; só é aceitável com exceção.

No caso da informática, eu a revejo.

É óbvio que o Brasil não deve, nem pode, buscar isoladamente o seu desenvolvimento tecnológico. O caminho da cooperação internacional deve estar inserido na política externa do país como um todo, o que vale dizer, consultando os seus interesses globais.

Assim, buscaremos a cooperação com todos os países.

A administração governamental no setor deve ser desburocratizada, assegurando-se aos indivíduos liberdade de criação e aplicação tecnológica.

Erradicação do Analfabetismo

Qualificação, Valorização e Dignificação Profissional dos Docentes

Emenda constitucional: verbas públicas para a educação pública

A educação é a base onde se apoia o desenvolvimento de uma nação e o mais eficaz instrumento de redistribuição de renda.

Atribuo-lhe prioridade primeira.

A Constituição atual dedicou amplo espaço para esse assunto, reconhecendo-lhe a importância.

As verbas federais deverão ser usadas para incentivo e apoio de: alfabetização, ensino básico, profissionalização.

Minha proposta, na área da educação, é dar absoluta prioridade à universalização da oferta de ensino de primeiro grau, como forma de erradicar o analfabetismo do nosso país, no mais curto espaço de tempo.

Ao professor, como elemento essencial do processo educacional, deve-se assegurar meios de aperfeiçoamento profissional, associado à incentivos salariais.

Os programas de alimentação escolar, por sua vez, deverão ser reforçados de modo a abranger todo o universo do primeiro grau.

Faço questão de priorizar, igualmente, o ensino profissionalizante, a fim de que ao final do primeiro grau (sic), cada brasileiro possa se dirigir ao mercado de trabalho munido de uma qualificação profissional.

Convoco todos os segmentos produtivos dessa nação a se associarem comigo nessa luta, para que formemos a mão-de-obra nacional que criará a riqueza de nossa pátria.

A liberdade de educação é a matriz das demais liberdades.

Incentivarei o pluralismo, através da convivência harmoniosa entre ensino público e privado, leigo e confessional.

Escolha de dirigentes nas IES Públicas

Concordo com a ANDES. A Constituição estabeleceu os parâmetros, e não há como interpretar de forma di-

ferente ao estabelecido pelos constituintes.

Democratização da gestão das escolas de 1.º e 2.º graus

De certa forma respondido na questão anterior. Vale acrescentar que é hora de afastar a prática da política clientelista e fisiológica de coisas sérias como a educação.

Orçamento das IFES: OCC

Mais degradante do que o sucateamento das instalações é o aviltamento dos salários. Por isso defendo a valorização do profissional. E persigo isso em minha vida de médico e de empresário rural. Claro que o garantirei como Presidente da República.

Superação da dependência em C & T

"Foi respondido no quesito 1".

Universidade Pública e C & T

A prática distorcida e corrupta da privatização não pode ser tomada como modelo de discussão. Já expliquei como fazer desenvolver a produção científica e tecnológica, sem xenofobia, sem discriminações, sem cortes nem atrasos.

(*) O artigo 219 da Constituição Federal tem a seguinte redação: "O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país, nos termos da lei federal".

"A revitalização do sistema educacional passa pela diminuição da tutela governamental"

Collor solicita "estudos" à ANDES-SN



O candidato do PRN à Presidência da República, evitou afirmar posições conclusivas a propósito da escolha de dirigentes nas IES Públicas e Escolas de 1.º e 2.º graus. Vê "com simpatia" uma emenda constitucional que destine as verbas públicas com exclusividade para a Escola Pública e pretende, ao mesmo tempo, estimular a integração empresa-escola no âmbito das universidades e escolas isoladas de 3.º grau. Propõe um "Plano Participativo de Renovação Educacional" e um "Decálogo da Educação".

Educação, Ciência e Tecnologia no Projeto de governo

A fundamentação da política Educacional, Científica e Tecnológica, prioridade do nosso governo, tem claro que a verdadeira nação é aquela que, através de seus habitantes, seu povo, mantém seu processo de crescimento sustentado por um desenvolvimento tecnológico e pela evolução do conhecimento, que se inicia na alfabetização sem vícios, continua nas escolas vocacionais e profissionalizantes, nas pesquisas das universidades, nas faculdades e das empresas, e se realiza no desenvolvimento espiritual e cultural de toda a sociedade.

Não há condições de se manter um processo de crescimento e criar condições de competitividade que nos coloque de fato como a oitava economia do mundo e ao mesmo tempo elimine a miséria, ignorância e analfabetismo de grande parcela de nossa população sem um investimento maciço no sistema educacional.

A democracia plena tem como base um sistema educacional eficaz, que permita criar e viabilizar condições de valorização e ascenção social dos indivíduos.

Uma sociedade verdadeiramente democrática só se consolida através da educação de seu povo, da valorização de seus profissionais, do estímulo e condições plenas para a pesquisa, ciência e tecnologia.

Erradicação do Analfabetismo

Há que se fazer uma grande mobilização de toda a sociedade, envolvendo-se principalmente as empresas que empreguem esta mão-de-obra.

Alfabetizar é ensinar a ler, escrever e contar; é dar condições básicas para o aprendizado; é preparar as pessoas para que estejam capazes a receber novos conhecimentos.

A alfabetização muda a atitude das pessoas e desperta a consciência para um desenvolvimento permanente. É permitir a criação de uma consciência crítica do homem e fazê-lo agente gerador de mudanças e da busca do bem estar social.

A mídia de comunicação poderá e deverá ter papel importante como instrumento de mobilização da sociedade.

Caberá à União coordenar os esforços e diretrizes de integração da ação de toda coletividade, principalmente das empresas que empreguem mão-de-obra não qualificada.

As experiências do Mobral e da Fundação Educar serão analisadas e revistas. O que objetivamos é criar uma mobilização nacional, visando a alfabetização e educação básica que permita a integração deste contingente à sociedade, como membro participante e produtivo.

É meta de nosso Governo erradicar o analfabetismo em idade escolar e terminar o mandato com menos de 10 milhões de analfabetos adultos. Vamos fazer uma Educação moderna, com o ensino avançado voltado para a virada do século.

Qualificação, Valorização e Dignificação Profissional dos Docentes

A educação no Brasil, hoje, está muito mal cuidada, mal administrada. Mas isto não quer dizer que não se possa consertá-la. O que se tem que combater, com coragem, logo de início, é a inércia, a impunidade, a falta de comando e de organização no nosso sistema educacional. E para isso o trabalho de reeducação e reorientação tem que começar junto aos próprios professores e educadores, que ao recuperarem a dignidade e a motivação profissional, via salários verdadeiramente dignos e qualificação permanente, estarão aptos a serem eles mesmos os agentes qualificados para implementar o Plano Participativo de Renovação Educacional, que contará com o apoio e a participação efetiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

A capacitação permanente e a valorização dos profissionais de educação é um compromisso irrecusável do nosso programa participativo de renovação educacional. Os professores, pesquisadores, supervisores, técnicos e pessoal de apoio do setor educacional terão todo apoio do Governo Collor de Mello, para sua permanente reciclagem didático-pedagógica e técnica e terão o reconhecimento econômico, social e profissional requerido pela qualidade de ensino que queremos para o Brasil.

Através da valorização do professor teremos o resgate de seu antigo carisma, do seu mítico valor, de sua dignidade e de sua credibilidade.

As Entidades Representativas dos Profissionais de Educação serão prestigiadas e estimuladas a apresentar e discutir suas sugestões e reivindicações.

É compromisso de nosso governo, pagar salário justo e compatível aos trabalhadores em educação, com piso salarial nacional que torne concreta a sua valorização profissional e social.

Emenda Constitucional: Verbas Públicas para a Educação Pública

É nosso compromisso destinar as verbas públicas para a escola pública, e vejo de forma favorável uma emenda constitucional que determine destinação exclusiva de recursos públicos para a expansão, desenvolvimento, qualificação da rede educacional pública.

A estrutura de ensino atual é injusta para o aluno pobre que dificilmente tem condições de chegar à universidade ou estabelecimentos isolados de 3.º grau.

As universidades e estabelecimentos isolados de 3.º grau da rede privada são livres de interferência governamental no que diz respeito a sua gestão administrativa. Entretanto, a fiscalização governamental será normativa dentro da legislação brasileira e visando a eficácia do ensino.

Escolha de dirigentes nas IES Públicas

A autonomia universitária e sua gestão democrática são considerados imperativos determinantes da qualidade do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade.

Acredito que a Constituição Federal é moderna em seu artigo 207: ao garantir "autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial" das universidades.

Minha compreensão é de que este assunto merece uma consideração especial e gostaria de receber deste Sindicato um estudo detalhado mostrando as vantagens e desvantagens de uma e outra situação.

Democratização da gestão das Escolas de 1.º e 2.º Graus

É um momento oportuno para se acabar com o exercício destas práticas clientelísticas/eleitoreiras por parte dos executivos (Federal, Estadual, Municipal).

Solicito um estudo completo que venha dar sustentação a esta reivindicação justa e que garanta a melhoria de qualidade e resultados nas escolas de 1.º e 2.º graus públicas, recuperando sua excelente imagem do passado.

Orçamento das IFES: OCC

A participação ativa de todos os educadores será essencial para reversão deste quadro de sucateamento de instalações, laboratórios, bibliotecas e o triste abandono da docência por parte de milhares de profissionais qualificados, desestimulados, além disso, pelo arrocho salarial. Mas com as reformas na economia a que iremos proceder, haverá condições de reforçarmos a verba desse setor.

A revitalização do sistema educacional passa pela diminuição da tutela governamental. Para tanto deverá estar alicerçada na "ação dos 4 Ds".

Desgigantização: Ministérios e Secretarias devem passar a ser órgãos diretivos e formuladores de políticas globais do sistema educacional. Descentralizando a ação. O custo/benefício, quando o povo acompanha e participa a nível municipal e estadual, é enormemente melhorado.

Desregulamentação: o excesso de normas, regulamentos, intervenções dos poderes constituídos sobre as uni- ▶

O DIAP e o voto dos Candidatos Constituintes

"Quem foi quem na Constituinte", publicação do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), tornou-se livro de consulta obrigatória para os que pretendem avaliar a ação dos Deputados Federais e Senadores que escreveram a Carta de 1988.

Reproduzimos abaixo tabelas que revelam o voto dos constituintes que hoje se candidatam à Presidência ou à Vice-Presidência, em assuntos prioritários para os trabalhadores; reproduzimos, igualmente, os critérios de avaliação utilizados e um pequeno "glossário" esclarecedor das legendas.

A ANDES-SN é filiada ao DIAP desde a deliberação do VI Congresso (Goiânia). Solicitações da obra citada: DIAP – Edifício Seguradoras, sala 604, SBS – Brasília – DF – Cep: 70.072.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO (1)

O método de avaliação dos constituintes, em relação às principais matérias do capítulo de direitos sociais dos trabalhadores, foi semelhante ao adotado pelas escolas. Escolheram-se dez matérias mais importantes de cada turno de votação e se fixou um peso para cada uma delas, variando de zero a um ponto e meio para cada. O constituinte que compareceu e votou "sim" ganha pontos; o que se absteve, estava ausente ou votou "não" deixar de ganhar menção.

Assim, se o constituinte não faltou às provas (votações), terá três opções: deixa a prova em branco (Abstenção), acerta a prova (vota "sim") ou faz a prova errada (vota "não"). Se não fizer a prova: tirará zero, é óbvio. Se fizer prova errada, tira zero. Se deixar a prova em branco, tira zero também e se fizer correta, ganha pontos.

Vamos então aos pesos fixados pelo DIAP para cada uma das matérias do primeiro e do segundo turnos de votações:

1.º turno

Estabilidade. Sim: 1,5; Abstenção: 0,5 (*); Não ou ausência: zero
40 horas. Sim: 1,5; Abstenção ou não: zero.
Turno de 06 horas. Sim: 1,5; Abstenção, ausência ou não: zero.
Salário mínimo. Sim: 1,5; Abstenção ou não: zero
Prescrição. Sim: 1; Abstenção ou não: zero
Férias. Sim: 1
Piso Salarial. Sim: 1; Abstenção, ausência ou não: zero
Greve. Sim: 0,5; Abstenção, ausência ou não: zero
Aviso prévio mínimo de 30 dias. Sim: 0,5; Abstenção ausência ou não: zero
Comissão de fábrica. Sim: 0,5; Abstenção, ausência ou não: zero

2.º turno

Estabilidade. Sim: 1; Abstenção, ausência ou não: zero
40 horas. Sim: 1; Abstenção, ausência ou não: zero
Turno de 06 horas. Sim: 1; Abstenção, ausência ou não: zero
Direito de Greve. Sim: 1; Abstenção, ausência ou não: zero
Aviso prévio proporcional. Sim: 1; Abstenção, ausência ou não: zero
Estabilidade do dirigente Sincial. Sim; Abstenção, ausência ou não: zero
Sindicato como substituto processual. Sim: 1; Abstenção, ausência ou não: zero
Trab./participação órgãos seus interesses. Sim: 1; Abstenção, ausência ou não: zero
Auto-aplicabilidade dos direitos sociais. Sim: 1; Abstenção, ausência ou não: zero

Matérias meramente informativas

Unicidade sindical: não considerado para efeito de nota.
Presidencialismo: não considerado para efeito de nota.
5 anos para Sarney: não considerado para efeito de nota.
Aposentaria proporcional: não considerado para efeito de nota.
Reforma Agrária: não considerado para efeito de nota.
Direito de greve para o servidor público: não considerado para efeito de nota.
Defensor do povo: não considerado para efeito de nota.
Monopólio de distribuição de petróleo: não considerado para efeito de nota."

(*) A estabilidade no emprego, no 1.º turno, foi a única matéria em que se atribuiu peso (0,5) para quem se absteve. É que foi votado em primeiro lugar o acordo que substituirá a garantia no emprego por indenização, e os trabalhadores dispunham de um texto, a ser votado em seguida, que de fato assegurava a estabilidade."

(1) DIAP, op cit, pp 29/30

GLOSSÁRIO

Aposentadoria Proporcional – É o reconhecimento constitucional de que determinadas categorias exercem atividades penosas e por isto precisam se aposentar com menos tempo de trabalho, até sob pena de não alcançarem a idade mínima fixada para aqueles empregados que trabalham em condições normais.

Auto-aplicabilidade – É a garantia constitucional de que os direitos e garantias fundamentais, onde se incluem os direitos sociais dos trabalhadores, têm aplicação imediata. Isto significa que a hora extra com 50% de acréscimo, aviso prévio de 30 dias, a licença-maternidade e paternidade, têm vigência imediata, indpendentemente de lei posterior.

Aviso Prévio – A Constituição estabeleceu que o aviso prévio será, no mínimo, de 30 dias, proporcional ao tempo de serviço. Isto significa que quanto mais tempo de serviço numa empresa tiver um empregado, maior será seu aviso prévio.

5 anos para Sarney – É a fixação em cinco anos do mandato do presidente José Sarney que, segundo consta, teria assumido juntamente com o Presidente Tancredo Neves o compromisso de governar por quatro anos, quando então promoveria eleições diretas para o futuro Presidente da República. Isto significa que quem votou pelos cinco anos para Sarney está satisfeito com seu governo e por isso não desejava eleições diretas em 88 para seu substituto.

Comissão de Fábrica – É a organização dos trabalhadores por local de trabalho, para a defesa de seus interesses e intervenção democrática, por intermédio do sindicato, para obter informações administrativas e dados econômico-financeiros sobre a empresa.

Defensor do Povo – Cidadão de notório respeito público indicado pela sociedade civil e eleito pelo Congresso Nacional, encarregado de zelar pelo efetivo respeito dos poderes do Estado aos direitos assegurados na Constituição, apurando abusos e omissões das autoridades ou órgãos governamentais. Eleito por um período de cinco anos, sem direito à reeleição, o Defensor do Povo teria imunidades para o pleno exercício de sua função em defesa dos direitos e garantias do cidadão (foi rejeitado).

Distribuição de Petróleo – É a proibição legal da distribuição de petróleo, no território nacional, por empresas estrangeiras. É um serviço altamente lucrativo e de baixíssimos custos operacionais. O país possui todas as condições para realizá-lo: três ou quatro funcionários de escritório, telefones, carros pipas e motoristas. Os países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, jamais deixaram nas mãos de empresas estrangeiras um serviço tão simples e tão lucrativo. Mesmo assim o monopólio da distribuição de petróleo foi rejeitada pela maioria dos Constituintes.

Estabilidade – É a garantia jurídica, real e efetiva do emprego, só permitindo a recisão do contrato de trabalho por falta grave, relevante motivo econômico ou técnico. É uma proteção de natureza social. Em seu lugar foi aprovada a liberdade de dispensa, bastando para tanto uma indenização, que é uma proteção de natureza econômica e, portanto, inadequada como proteção de natureza social.

Estabilidade do Dirigente Sindical – É a garantia de que o empregado investido de mandato ou de representação sindical terá estabilidade no emprego, só podendo ser dispensado por justa causa. Foi a fórmula encontrada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para proteger o dirigente sindical da demissão imotivada, o que lhe assegura a indispensável autonomia para o pleno exercício da representação de sua categoria.

Férias – É o repouso com acréscimo de um terço sobre a remuneração normal do mês. Isto significa que todo trabalhador, ao requerer as suas férias anuais, terá direito, a mais 33% desse salário.

Greve – É o direito constitucional do trabalhador paralisar suas atividades como forma de pressionar o empregador para melhorar as suas condições de trabalho ou salariais. É um direito universal, reconhecido pelas Nações Unidas e pela Organização Internacional do Trabalho, que a Constituição de 88 adotou de forma ampla, cabendo ao trabalhador decidir quando, como, e por que fará greve.

Participação nos Órgãos – É a garantia de participação dos trabalhadores e empregadores, de forma paritária, nos órgãos onde seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. O texto aprovado reduz a participação apenas aos colegiados e só dos órgãos públicos, sem fixar a paridade.

Piso Salarial – É a garantia constitucional do salário profissional. Isto significa que, através de acordo coletivo ou de lei, cada categoria profissional poderá estabelecer um piso salarial mínimo, sem a preocupação da Justiça retirar-lhe futuramente.

Prescrição – É o período de que o trabalhador dispõe para reclamar do empregador eventuais lesões de seus direitos trabalhistas. O texto aprovado tem duas formas de prescrição: uma relativa ao direito de reclamar, que se inicia a partir da lesão até dois anos após a cessação do contrato de trabalho; a outra referente aos créditos que resultam dessa lesão, os quais prescrevem a cada cinco anos. Assim, se uma empresa deixar de pagar um direito trabalhista durante 20 anos, e se o empregado reclamar e ganhar na Justiça, ele recebe os valores correspondentes aos últimos cinco anos.

40 horas – A fixação da jornada semanal em 40 horas é uma reivindicação histórica dos trabalhadores e tem apoio de todos os fóruns internacionais ligados ao mundo das relações do trabalho. É a garantia de que o trabalhador ficará protegido da estafa física e mental, e que terá repouso para alimentação e descanso semanal mínimo. Em seu lugar foi aprovada a jornada de 44 horas.

Reforma Agrária – Instrumento de justiça social, que permite a distribuição de terras para os milhões de brasileiros que vivem no campo, sem sequer um palmo de chão para dele retirarem o seu sustento e de sua família. O texto da Constituição não permite desapropriação de terras produtivas para efeito de reforma agrária, mesmo que elas não cumpram sua função social e previdenciária. O texto aprovado nega a reforma agrária e, em tese, autoriza o grande proprietário rural a utilizar terra fértil para plantar campim, criar gado, cultivar eucalipto etc., mesmo que haja a necessidade de plantação de alimentos na região e haja pessoas sem terras precisando delas para sua própria sobrevivência.

Salário Mínimo – Pelo texto aprovado, a fixação do salário mínimo deve levar em consideração as despesas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, cabendo ao Congresso fazer uma lei que garanta reajustes periódicos e mantenha seu poder aquisitivo.

Substituto Processual – Ao Sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. Assim, cabe ao sindicato, independentemente de autorização, representar toda a categoria, tanto perante o Judiciário quanto perante o empregador. Pode, por exemplo, em nome da categoria, exigir o cumprimento imediato do direito à participação nos lucros, através de mandado de injunção.

Turno de seis horas – A jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento é um imperativo de natureza social. Os aspectos de saúde ocupacional tiveram significativa importância para que os técnicos da Organização Internacional do Trabalho recomendassem uma jornada de seis horas para os turnos.

Unicidade – É a unidade orgânica do movimento sindical, ou seja, é a proibição de existir legalmente mais de uma organização sindical de uma mesma categoria profissional ou ramo de produção numa mesma base territorial. Isto significa, pelo texto aprovado, que não haverá sindicato por empresa e que haverá apenas uma organização sindical de uma mesma categoria profissional em cada município. A intenção do legislador é unir, tanto que proíbe divisão a nível de município, logo nada impede que se crie sindicato regional, nacional etc."

(1) DIAP, op cit, pp 31/36

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1989)

Candidato Partido	TEMAS CONSIDERADOS NO 1.º TURNO										TEMAS CONSIDERADOS PARA O 2.º TURNO										OUTRAS QUESTÕES								AVALIAÇÃO DO DIAP		
	ESTABILIDADE	40 HORAS	TURNO 6 HORAS	SALÁRIO MÍNIMO REAL	PRESCRIÇÃO 5 ANOS	FÉRIAS 1/3 SALÁRIO	PISO SALARIAL	DIREITO DE GREVE	AVISO PRÉVIO 30 DIAS	COMISSÃO DE FÁBRICA	ESTABILIDADE	40 HORAS	TURNO 6 HORAS	PRESCRIÇÃO 5 ANOS	DIREITO DE GREVE	AVISO PRÉVIO PROPORC.	ESTABILIDADE DE DIRIGENTE SINDICAL	SINDICATO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL	TRABS./PARTIC. ÓRGÃOS SEM INTERESSE	AUTO APLIC. DIREITOS SOCIAIS	UNICIDADE SINDICAL	PRESIDENCIALISMO	5 ANOS P/SARNEY	REFORMA AGRÁRIA	APOSENTADORIA PROPORCIONAL	DIREITO DE GREVE SERVIDOR PÚBLICO	DEFENSOR DO POVO	MONOPÓLIO DISTR. PETRÓLEO	1.º TURNO	2.º TURNO	MÉDIA FINAL
Afif Domingos PL	N	N	N	A	A	Ab	A	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	A	A	N	S	N	N	A	N	N	N	Zero	Zero	Zero
Afonso Camargo PTB	N	S	S	S	S	S	S	S	S	N	A	A	S	A	S	A	S	A	N	A	S	S	N	S	S	A	S	N	8,0	3,0	5,5
Lula PT	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	Ab	S	N	S	S	S	S	A	DEZ	DEZ	DEZ
Mário Covas PSDB	N	N	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	A	S	S	A	S	S	N	N	S	N	S	N	N	6,5	6,0	6,25
Roberto Freire PCB	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	DEZ	DEZ	DEZ
Ulysses Guimarães PMDB	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab

CANDIDATOS À VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1989)

Candidato Partido	TEMAS CONSIDERADOS NO 1.º TURNO										TEMAS CONSIDERADOS PARA O 2.º TURNO										OUTRAS QUESTÕES								AVALIAÇÃO DO DIAP		
	ESTABILIDADE	40 HORAS	TURNO 6 HORAS	SALÁRIO MÍNIMO REAL	PRESCRIÇÃO 5 ANOS	FÉRIAS 1/3 SALÁRIO	PISO SALARIAL	DIREITO DE GREVE	AVISO PRÉVIO 30 DIAS	COMISSÃO DE FÁBRICA	ESTABILIDADE	40 HORAS	TURNO 6 HORAS	PRESCRIÇÃO 5 ANOS	DIREITO DE GREVE	AVISO PRÉVIO PROPORC.	ESTABILIDADE DE DIRIGENTE SINDICAL	SINDICATO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL	TRABS./PARTIC. ÓRGÃOS SEM INTERESSE	AUTO APLIC. DIREITOS SOCIAIS	UNICIDADE SINDICAL	PRESIDENCIALISMO	5 ANOS P/SARNEY	REFORMA AGRÁRIA	APOSENTADORIA PROPORCIONAL	DIREITO DE GREVE SERVIDOR PÚBLICO	DEFENSOR DO POVO	MONOPÓLIO DISTR. PETRÓLEO	1.º TURNO	2.º TURNO	MÉDIA FINAL
Almir Gabriel PSDB	S	S	S	A	S	S	S	A	S	S	A	A	S	S	S	S	S	S	S	S	A	N	N	S	N	S	A	N	8,5	8,0	8,25
Bonifácio de Andrada PDS	N	N	N	Ab	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	A	N	N	N	N	N	N	S	N	S	N	A	N	1,0	Zero	0,5
Fernando Lyra PDT	N	S	S	A	S	A	S	S	S	S	A	A	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	6,5	8,0	7,25
Itamar Franco PRN	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	A	S	A	S	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	DEZ	8,0	9,0
José Paulo Bisol PT	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	S	DEZ	DEZ	DEZ

LEGENDA S – Voto favorável A – Ausente do Plenário
N – Voto contrário Ab – Absteve-se

dades educacionais as descaracterizam, e as tarefas e autonomias não ficam bem claras nas unidades de ensino favorecendo a irresponsabilidade na operação e no gerenciamento dos educadores, professores e dirigentes das unidades.

Desburocratização: os órgãos centralizadores e fiscalizadores em âmbito nacional criam dificuldades que acabam por gerar o comércio das facilidades. Desburocratizar significa evitar corrupção e custos adicionais.

Descorporativação: a capacidade de ensinar deve ser avaliada pela competência de cada professor ou educador. Não deve ser uma reserva de mercado para uma classe avaliada por títulos, diplomas, conselhos etc.

Desta forma melhora-se a eficácia de gestão, elimina-se desperdícios, acaba-se com a corrupção, melhorando-se a relação custo/benefício que permitirá dentro do orçamento destinado à Educação, atingir esta reivindicação histórica do movimento docente.

Superação da Dependência em C & T

O momento brasileiro é de uma profunda crise política, econômica, social e de ruptura de um equilíbrio instável, onde a exacerbação, da "Lei de Gerson" quase desfigura a vocação inata do indivíduo de crescer, levando o homem brasileiro a um clima cultural de desperdício, de corrupção, de impunidade, de insegurança, de medo, de perda de identidade, de perda de noção de valores materiais e morais, de especulação financeira, da esperança do dinheiro fácil que só as loterias, bingos e jogos de azar podem trazer, e até, de vergonha da própria nacionalidade.

O Plano Participativo de Renovação Educacional, prioridade do Governo Collor de Mello, tem como sustentação uma plataforma ambiciosa.

Acreditar na vocação, vontade e capacidade profissional do homem brasileiro e respeitar seus sentimentos, tradições, cultura, formação, dificuldades e até seu despreparo, e vir a tê-lo como *elemento base*, ponto de partida e fundamento do Brasil do respeito, evoluído, generoso, progressista e desenvolvido, que está no anseio de todos e de fato, em cada um de nós. A fantasia do presidente carismático, da revolução redentora, do pacote mágico, fazem parte de um passado que não está mais nos sonhos dos brasileiros.

Educar é abrir a mente do homem.

O compromisso fundamental, urgente e prioritário do PPRE (Plano Participativo de Renovação Educacional) é com a população que está marginalizada do progresso e condenada pela sociedade brasileira à miséria.

Os investimentos maciços em Educação têm retonro certo e rápido para o bem estar do país, pois é o homem o elemento/fator mais fértil do desenvolvimento.

Alfabetização, Pré-Escolar-Creches, Capacitação e Valorização dos Profissionais de Educação, Ensino Profissionalizante, Escolas Técnicas Federais e Colégios Agrícolas são prioridades do PPRE (Plano Participativo de Renovação Educacional) do governo Collor de Mello.

Universidade Pública e C & T

Mais uma vez a má administração dos limitados recursos cria esta situação ameaçadora, apontada por esta pergunta.

Manter e melhorar a produção científica e tecnológica da Universidade Pública e toda política de desenvolvimento de ciência tecnológica é um compromisso com o futuro do país.

As Universidades e Escolas isoladas de 3.º grau públicas, serão estimuladas a desenvolverem pesquisas em conjunto com as empresas privadas criando uma verdadeira integração empresa-escola.

— "O Decálogo da Educação"

A carreira do professor universitário com dedicação total deverá ser estimulada e valorizada como a verdadeira fonte de pesquisa, know-how e desenvolvimento tecnológico.

A relação professor-aluno nas Universidades e Faculdades Federais é de 1 professor para 4,7 alunos, índice bem inferior a países como Alemanha que é de 1 para 15, EEUU 1 para 19, Espanha 1 para 17.

Permitam-me apresentar o Decálogo da Educação do Governo Collor de Mello.

01. Pagar salário justo e compatível aos trabalhadores em educação, com piso salarial nacional que torne concreta a sua valorização profissional e social.

02. Erradicar o analfabetismo em idade escolar e em idade adulta, no mais curto intervalo de tempo, mobilizando todas as forças vivas da sociedade e segmentos comunitários organizados e representativos.

03. Incentivar a Educação Permanente com desenvolvimento e utilização de recursos tecnológicos disponíveis e multimeios de apoio como rádio, televisão, computadores e demais veículos eficazes, para uma educação voltada para a virada do século.

04. Priorizar a Educação Pré-Escolar, incluindo creche-escola, com amplos programas incentivados de assistência pedagógica, de saúde, nutricional e recreativo-esportiva.

05. Eliminar a evasão e repetência escolares no Ensino Fundamental, com novos estímulos para uma maior permanência das crianças nas escolas urbanas e rurais, destacando a educação especial e a regionalização do ensino.

06. Introduzir o aluno nas profissões elementares mediante estudos com terminalidade no ensino fundamental e aproximá-lo, no sentido médio, às atividades das empresas, mediante treinamento de aprendizado e favorecimento dos aspectos formacionais politécnicos.

07. Garantir o ensino gratuito a todos os estudantes que demonstrarem falta ou insuficiência de recursos.

08. Reformar com profundidade a educação de nível superior visando melhor qualidade e autonomia reclamadas pela comunidade.

09. Fazer da Universidade um instrumento permanente de pesquisa que assegure ao país um desenvolvimento científico e tecnológico autonômo, competente e eficaz.

10. Fazer da educação prioridade efetiva na atribuição de recursos financeiros, como atestado de uma decisão política de apoio verdadeiro ao desenvolvimento integral do homem.



Os docentes deverão possuir grau superior. Cabe ao Estado garantir um Piso Nacional de Salário: US$ 500

Freire: uma extensa proposta

Esgotado o último dos prazos que viabilizaria a publicação deste Boletim, não recebemos as respostas do candidato do PCB a nossas indagações. A assessoria de Freire informou tê-los remetido — mas "não dispunha de cópia" da correspondência. Forneceu-nos o material que, em parte, reproduzimos a seguir, parte da extensa proposta que o PCB e seu candidato apresentam com vistas às questões da Educação, Ciência e Tecnologia. Boa parte de nossas perguntas fica contemplada; outra, não o é.

Entre as concordâncias que o candidato possui com reivindicações históricas do MD é afirmada a concordância com a destinação exclusiva de verbas públicas para a escola pública. Propõe o PCB um Piso Nacional de Salários de US$ 500 para o professorado (40 horas).

POLÍTICA EDUCACIONAL — INTRODUÇÃO

O Partido Comunista Brasileiro considera a educação como uma questão chave de nossa época, à qual deve ser dada total prioridade nos próximos anos que irão nos conduzir ao século XXI.

A proposta básica do PCB para a educação brasileira é a de que um ensino de alta qualidade deve ser disponível para todos ao longo da vida.

Esta proposta se alicerça, por um lado, nos grandes princípios fundamentais da educação democrática:

- amplo acesso à instrução em qualquer etapa da vida do homem;
- gratuidade de todos os graus da educação pública;
- ajuda material da sociedade a quem estuda;
- criação de condições para o desenvolvimento multilateral e harmonioso;
- caráter científico do ensino;
- combinação do ensino com o trabalho produtivo;
- humanismo da educação;
- ampla participação do povo na gestão da educação;

É para transformar (= o) indigente quadro de educação do povo brasileiro que o PCB encaminha as seguintes proposições e medidas:

ENSINO SUPERIOR

O poder central atribui às universidades brasileiras, a partir de 1968, missão clara: a de serem instrumentos da superação do atraso científico e tecnológico, inserindo-se no processo produtivo organizado nos moldes capitalistas. As universidades seriam não só instrumentos de modernização do sistema produtivo mas também um dos instrumentos do alargamento do domínio de independência tecnológica. Os governos autoritários que se implantaram depois de 64 tiveram a clareza (que faltou aos Governos de pós-guerra — Dutra, Getúlio, Juscelino, Jânio e Jango) de que a Universidade não se poderia limitar à função de formadora dos quadros dirigentes e profissionais mas que exerceria esta função com maior eficiência inserindo-se na produção.

Passados vinte anos, o balanço desta política tem aspectos positivos e negativos. Criou-se o sistema de pesquisa e desenvolvimento com pontos de apoio nas Universidades Públicas (Federais e Estaduais); criou-se e consolidou-se o sistema de pós-graduação: criaram-se mecanismos relativamente eficientes de apoio financeiro e de gestão de recursos para a pesquisa à margem das limitações administrativas do serviço público: multiplicou-se apreciavelmente o número de pós-graduados e de programas de pesquisa. Não foi, no entanto, realizado o grande salto tecnológico. A modernização do sistema produtivo se fez às custas da internacionalização da economia (a dívida externa de hoje é um dos reflexos desta modernização) e a independência tecnológica, embora maior do que no início do processo, continua a ser pequena em face do alargamento das fronteiras do conhecimento. Ampliou-se, relativamente, a lacuna tecnológica.

A reavaliação da política universitária, nos dias de hoje, põe em xeque a própria concepção da universidade conceituada em 68. As evidências diretas e indiretas ▶

sugerem, com força persuasiva, que o modelo proposto esgotou suas possibilidades. O Governo – principal financiador da atuação universitária – vem ano após ano diminuindo a soma dos recursos a ela destinada. Nas iniciativas que apontam para a modernização da universidade (ou para formulação de uma política universitária), o esboço de um novo modelo se faz sentir. No projeto GERES, por exemplo, propunha-se privilégio da função formadora de quadros de nível superior, centralizando-se o esforço de pesquisa e desenvolvimento em apenas algumas instituições. O apoio aos institutos especializados é cada vez mais evidente assim como são crescentes os programas de apoio ao desenvolvimento de projetos específicos feitos à margem das universidades ou à margem operacional de pesquisa das universidades (programa do AMX, por exemplo, ou do submarino nuclear; pesquisas espaciais).

Outra evidência do esgotamento do modelo são as pesadas críticas que sofrem as universidades públicas por parte de setores das camadas dirigentes. Não significam estas críticas a insatisfação das camadas dirigentes diante da impossibilidade de as universidades cumprirem a missão que lhes foi confiada? Não serão as críticas fruto de não se ter podido construir, com rapidez pretendida, a base do desenvolvimento tecnológico autônomo e independente do parque produtivo?

Não é evidência deste esgotamento a política explícita do Governo de apontar a auto-sustentação das universidades públicas como o meio eficiente para que cumpram sua função? Não é evidência deste modelo a afirmação oficial de que a Nação não pode mais suportar o ônus de manutenção das universidades públicas?

Aparentemente não há como fugir a um dilema que a história está hoje propondo às universidades brasileiras; ou modificam o modelo que vêm obedecendo ou certamenteo morrerão em meio a sucessivas crises.

Os dois termos do dilema são evidentes: o primeiro é o de a Universidade empresariar-se; o segundo, o de ela, à falta de melhor definição, socializar-se.

Na primeira opção, as universidades ligam-se solidamente, mediante mecanismos próprios, ao sistema produtivo, tornando-se meras instituições prestadoras de serviços a este sistema, e desenvolvendo os projetos que interessam a este sistema. Os recursos de manutenção e de crescimento de universidade seriam então, em escala crescente, os oriundos do comprometimento da ação universitária com o sistema produtivo vigente. O estado desobrigar-se-ia pouco a pouco da manutenção das universidades. É a política da privatização das universidades públicas.

O segundo termo do dilema é diverso. As universidades públicas, mantendo suas funções acadêmicas intocáveis e fortalecidas, procurariam as formas de interação e de ação com o setor produtivo e a sociedade, privilegiando a intensificação da produção em prol das camadas sociais que até hoje estiveram à margem dos processos decisórios e, que por isso mesmo, são camadas sociais marginalizadas dos mesmos e dos produtos gerados pelo atual sistema de ensino superior brasileiro.

QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DO ENSINO

A fim de que seja assegurada a todo os cidadãos a qualidade de ensino em todos os níveis da escola pública, a qualificação docente é ponto de fundamental importância.

É principalmente da força de ensino que depende a qualidade da educação.

O processo de aperfeiçoamento e atualização dos professores deve ser realizado em horário de serviço e preferencialmente mediante a organização de grupos de auto-estudo no próprio recinto da escola. Os materiais de estudo serão fornecidos gratuitamente aos professores inscritos nos programas de capacitação que constituirão requisito para a ascensão funcional. O plano nacional de carreira deve ser definido com prioridade incluindo isonomia salarial para trabalho e qualificação iguais.

A qualificação dos docentes será obrigatoriamente de nível superior. A admissão nos quadros de carreira docentes nos diferentes níveis de ensino nas escolas e universidades públicas das redes municipal, estadual e federal dar-se-á mediante concurso público, de âmbito nacional, cabendo ao Estado assegurar o piso salarial de US$ 500 para uma jornada de 40 horas semanais, divididas em regência de turma, períodos de estudo, planejamento, atendimento e avaliação.

Os professores têm um papel fundamental na preparação dos jovens para a vida adulta e para o trabalho. Em uma sociedade crescentemente em mudança, é importante que os professores tenham a oportunidade de se manter autalizados também com o desenrolar do mundo fora da sala de aula.

OBJETIVOS

A reconstrução do sistema educacional brasileiro requer grande compromisso havendo necessidade de um esforço nacional sobre as verbas. O PCB entende que este esforço se justifica porque tendo em vista a natureza da nossa época não há melhor investimento para uma nação do que investir na educação, na inteligência de suas crianças, jovens e adultos. É o que as sociedades avançadas compreenderam há décadas. Este esforço é a ponte do Brasil para o futuro. Uma sociedade bem educada significa uma força de trabalho mais bem habilitada, criativa, competente e participativa para tomar parte na nova ordem tecnológica do século XX. Educação, base da ciência e da tecnologia é, hoje, o fator crucial, para que a produção possa vencer o desafio da justiça social, da consolidação da vida democrática e do bem estar. Em resumo, o PCB entende que é necessário um amplo esforço de compreensão nacional, tendo em vista que as bases do futuro que almejamos está na qualidade da educação oferecida hoje às novas gerações.

- assegurar a todos igualdade de oportunidades para educação gratuita, de alta qualidade em todos os níveis e graus ao longo da vida;
- assegurar escola maternal em horário integral a todas as crianças cujos pais assim o desejarem;
- assegurar escola básica, de altos padrões de qualidade dos 6 aos 16 anos de idade, em horário integral a todas crianças e jovens;
- estabelecer um sistema de ensino tecnológico e profissional de alto nível no âmbito pós-secundário;
- ampliar o acesso ao ensino superior inclusive através da criação do ensino noturno de qualidade;
- instituir no ensino superior a modalidade aberta e a distância de forma a permitir oportunidade de acesso ao ensino superior, independentemente da escolaridade prévia, a todos aqueles impossibilitados de freqüentar as universidades tradicionais;
- ampliar oferta e melhorar a qualidade da pós-graduação visando sobretudo diminuir a dependência científico-tecnológica;
- criar um sistema nacional de educação continuada articulada às universidades que permita aos adultos estudar e se atualizar, inclusive em horário de serviço, através da licença paga de estudo;
- estabelecer um plano nacional de carreira para os professores que inclua mobilidade, isonomia salarial, concurso nacional de ingressos e uma política de capacitação e atualização permanentes;
- estabelecer as condições materiais que permitam o acesso e à permanência no ensino de alta qualidade de todas crianças, jovens e adultos;
- estabelecer um sistema de educação nacional localmente administrado com controle de conselhos compostos por representação de pais, alunos, professores e de organizações sociais;
- propor uma emenda constitucional que contemple a exclusividade das verbas públicas para o ensino público e a laicidade do ensino nas escolas públicas.

MEDIDAS

– reestruturação radical do atual sistema de educação brasileiro – segregativo, limitado, excludente e de baixa qualidade pedagógica e científica – visando a configuração de um amplo e massivo sistema público de ensino continuado, gratuito, unitário, com altos padrões de qualidade que deverá ser caracterizado pela continuidade educativa desde a pré-escola passando pelo ensino superior e a programas de educação ao longo da vida;

– ampliação da rede de escolas maternais em quantidade capaz de atender às crianças de até cinco anos de idade cujos pais desejam este serviço;

– ampliação da rede de estabelecimentos de ensino básico de modo a atender a todas as crianças e jovens em idade escolar de seis a dezesseis anos;

– universalização, nos mais breves prazos, do ensino secundário a toda a juventude de forma a assegurar escolaridade básica completa a todos;

– implantação das condições que garantam o acesso dos alunos da escola básica ao estudo dos computadores;

– implantação das condições que garantam o acesso dos alunos da escola básica ao estudo dos computadores;

– implantação das condições que assegurem, aos pais que o desejarem, ensino em horário integral na escola pública garantindo ao mesmo tempo alimentação, cuidados com a saúde e transporte a todos os alunos;

– criação, em caráter emergencial, de amplo programa que permita corrigir as carências acumuladas pela população brasileira em termos de educação básica (1º e 2º graus) estabelecendo as condições que viabilizem o acesso de todos os trabalhadores a esta formação tanto pela ampliação da oferta do ensino em horário noturno, quanto pela ampliação da oferta de ensino através da metodologia aberta e a distância. No que concerne esta última modalidade é necessário corrigir e aperfeiçoar a atual oferta de cursos supletivos mediante eliminação dos fatores que levam os alunos à evasão e à desistência, com a organização de horários de estudos orientados nos locais de trabalho com licença paga para períodos de preparação de provas e exames e fornecimento gratuito de material de estudo aos trabalhadores matriculados;

– estabelecimento de um sistema coerente de educação e oportunidades de treinamento que garanta a todo jovem, após o término da educação básica aos dezesseis anos, o acesso a uma formação tecnológica ou profissional e de alto nível articulada a práticas no setor produtivo;

– adaptação dos conteúdos educativos de modo a responder à nova etapa de desenvolvimento da ciência assegurando proridade às formações que preparam o fator humano para o aceleramento tecnológico;

– estreitamento dos vínculos entre a atividade científica e o setor produtivo de modo a permitir uma eficiente colaboração visando acelerar o progresso técnico-científico. Na definição das direções deste processo a Universidade e os trabalhadores devem ter voz ativa;

– criação de sistemas de ensino superior aberto e a distância de forma a alcançar os locais e os setores da população que não têm possibilidade de freqüência presencial nas instituições de ensino convencionais ou que a elas não tiveram oportunidade de acesso na idade própria ou que ainda já inseridas no setor produtivo desejam uma nova formação ou aprofundamento de seus conhecimentos;

– oportunidades de acesso devem ser fornecidas a todos homens e mulheres que queiram atualizar suas habilidades e ampliar suas qualificações vocacionais sendo que as barreiras que impedem os adultos de receber educação e treinamento devem ser removidos; estas incluem, além de não-concessão da licença paga de estudos, desnecessárias exigências de escolaridade para o acesso, falta de apoio financeiro ao estudante, taxas proibitivas;

– elevação da qualidade da preparação, atualização e seleção do corpo docente em consonância com as exigências do progresso científico-tecnológico;

– recuperação e conservação da atual rede de estabelecimentos de ensino em todos os níveis e graus, bem como reequipamento técnico e pedagógico em consonância com as exigências da revolução científica e tecnológica;

– implementação de um sistema nacional de apoio aos alunos: alimentação, material didático, cuidados com a saúde, transporte escolar;

– unificação dos fundos de financiamento da educação pública em um só sistema com criação de esquemas eficientes de controle social.

UM PROGRAMA MÍNIMO PARA CULTURA E CIÊNCIA

Este programa mínimo pode ser sintetizado nos seguintes pontos:

– Não se pode estabelecer uma política científica e cultural desvinculada ao aspecto educacional. Mesmo que a política educacional exija um forum específico, ela se articula à questão cultural como um todo. Urge valorizar o ensino básico dentro de um sistema nacional de educação que privilegie o ensino público e laico. A valorização de magistério faz parte desta prioridade, tanto em termos materiais, recuperando uma dignidade e padrão de vida perdidos, como em termos espirituais por um melhor preparo e condições de atualização constantes.

– Como já foi detectado acima, os meios de comunicação de massa adquiriram uma importância significativa no Brasil. Substitutos de escolas, imprensa escrita e livros, especialmente através da televisão, realizam uma verdadeira política cultural que atinge a vida de todos, unificando padrões de referência e muitas vezes minando resistências regionais – tanto no que se refere à cultura popular quanto nas de caráter experimental –, favorecidos que foram pela tendência geral da economia em favor da monopolização. Não se pode falar em política cultural sem atentar cuidadosamente para as formas como a sociedade civil pode interferir em favor de uma garantia de pluralidade nos meios de comunicação de massa. O controle social sobre a indús- ▶

tria cultural – uma concessão de Estado que deve atender aos interesses democráticos – não significa a volta da censura (abolida pela nova Constituição), pelo contrário, sua total negação, a começar da censura econômica.

– Como também foi apontado acima, a descentralização das decisões requer uma maior especificação para não torná-la inócua ou retórica. Descentralizar significa fortalecer as agências de fomento e financiamento às atividades culturais e científicas, sempre de forma transparente e explicitamente contrárias ao clientelismo e ao corporativismo.

– A elaboração e organização das políticas culturais e científicas não podem ser uma atividade exclusiva do Estado; dela devem fazer parte a comunidade científica e cultural. As entidades representativas devem ser um canal de consultas permanentes, e participação constante do planejamento à execução, sempre em benefício do aspecto central que é o do desenvolvimento geral, sem desprestigiar qualquer área do conhecimento em detrimento de outra, o que permite na prática evitar-se os riscos do corporativismo.

– A participação do Estado no processo cultural e científico, através de seus ministérios específicos, que devem trabalhar em conjunto, não pode ser tratada com soluções simplistas como as que o centralizam na questão cultural e científica (as posições estatistas), ou as que o rejeitam como se sua experiência não afetasse o processo como um todo (as posições liberais), que se esquecem, por exemplo, que a Universidade é parte do aparelho de Estado. O que é preciso se estabelecer são os limites e as possibilidades desta atuação: limitada porque não substitui a iniciativa da sociedade civil e dos produtores individuais; e necessária porque permite a cultura, a ciência e tecnologia serem pensadas politicamente, para uma sociedade nova, realmente democrática e moderna, preparada para as transformações inerentes ao século que se aproxima.

MEDIDAS E POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Uma vez restaurado o poder de negociação do organismo responsável pela Ciência e Tecnologia no País, equacionado o problema de financiamento à pesquisa e desenvolvimento e implantadas as reformas na estrutura institucional e no sistema de financiamento, seria possível a implantação do planejamento em ciência e tecnologia e assegurada a implementação das medidas de política científica e tecnológica, ou seja:

- restauração do papel da universidade pública como centro de produção científica e de formação de recursos humanos;
- recuperação e atualização da capacidade de laboratórios, bibliotecas e outras instalações das universidades públicas, institutos de pesquisa e centros de pesquisa e desenvolvimento das empresas estatais do setor produtivo;
- concessão de bolsas de formação no País e revisão de seus valores, no sentido de incentivar a dedicação exclusiva aos trabalhos de pesquisas;
- concessão de bolsas de apefeiçoamento e pós-graduação no exterior, a partir das necessidades do desenvolvimento científico e tecnológico nacional;
- estímulo ao desenvolvimento da pesquisa fundamental e aplicada em áreas prioritárias detalhadas pelo planejamento em ciência e tecnologia;
- estímulo à aproximação entre o setor privado e os institutos de pesquisa, universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento das empresas estatais, promovendo a integração entre comunidade científica e tecnológica, governo e empresariado;
- incentivos especiais a projetos que possam melhorar a produtividade e competividade de produtos nacionais no País e no mercado internacional;
- melhoria do sistema de controle de qualidade de produtos brasileiros, no sentido dos interesses do consumidor nacional e da conquista de mercados externos;
- ampliação do sistema de divulgação da produção científica e tecnológica, tornando-o acessível ao empresariado e outros interesses na sociedade brasileira.

Cabe, finalmente, acrescentar que a efetivação de tais medidas, somente será possível mediante a implantação de um plano nacional de ciência e tecnologia, com objetivos e metas bem delineados e recursos financeiros assegurados, contemplando horizontes de curto, médio e longo prazos, contando ainda, para sua formulação, com a colaboração de representantes da sociedade civil em geral e da comunidade científica e tecnológica em particular.



Já no primeiro orçamento, 27,8% do OCC/OG nas IFES. Superação da dependência em C & T

Lula: Verbas Públicas só para a Escola Pública

O candidato da Frente Brasil Popular respondeu a todos os quesitos apresentados, afirmando explicitamente concordância com a reivindicação de destinação exclusiva de verbas públicas para a escola pública, democratização das IES, etc.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO PROJETO GOVERNO

As preocupações com os problemas educacionais e de Ciência e Tecnologia condicionam nosso programa de governo de variadas formas. Dentre as nossas prioridades na área social se destaca o combate ao analfabetismo, às insuficiências do ensino básico, à evasão escolar, parte da herança funesta do descaso com a educação que marca nosso país. A elevação da qualidade do ensino, contudo, representa não apenas um imperativo de resgate da dívida social, mas também condição indispensável para assegurar a modernização e o desenvolvimento do país.

Pesquisa, geração e difusão de Ciência e Tecnologia: esforço para resolver carências, sem prejuízo da atividade em setores de ponta.

Quanto à pesquisa, geração e difusão de Ciência e Tecnologia, trata-se não apenas de um imperativo do desenvolvimento econômico contemporâneo. Mais que isso, julgamos indispensável direcionar esforços nesta área com vistas a resolver mais rapidamente as carências sociais do país, sem prejuízo da atividade em setores de ponta. Temos preocupações em desenvolver atividades ligadas a programas de habitação, saneamento, transporte, segurança no trabalho, etc. Além disso, uma das principais preocupações da nossa política industrial e agrícola será justamente o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o aumento da produtividade e eficiência dos segmentos voltados para os bens de consumo popular, requisito indispensável para viabilizar a distribuição sustentada da renda, centrada na elevação dos salários. Aqui não se trata de favorecer apenas os setores diretamente produtores destes artigos, mas também dos segmentos de bens de capital e insumo básicos fornecedores destas indústrias e destes produtores rurais. Por aí será criado um grande estímulo para a modernização e desenvolvimento destes setores da indústria básica, requisito indispensável para redefinir o modelo econômico atual.

ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

O Brasil tem hoje 31.487.000 de analfabetos. Estes números que falam por si, são tão alarmantes quando observamos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 1987 pelo IBGE. Ela demonstra a inversão de uma tendência histórica de 115 anos. O número de analfabetos cresceu de 30,4 milhões em 1986 para 31,4 em 1987.

Esta situação indica que a substituição do Mobral pela Fundação Educar – operada pelo então Ministro Marco Maciel à frente do MEC, no início do Governo da Nova República – foi uma medida formal, de fachada, que reproduziu a orientação dada às políticas sociais, em particular a educação, no período de ditadura.

É inadiável, portanto, resgatar a condição de cidadania dos trabalhadores que jamais tiveram acesso à educação. Para tanto impulsionaremos um amplo Movimento Nacional de Alfabetização que deverá ser seguido por programas de pós-alfabetização, a exemplo do que se pretende fazer através do projeto MOVA-SP.

Nesse esforço pretendemos incorporar como parceiros da ação governamental, além dos poderes Executivos estaduais e municipais as forças organizadas da sociedade civil comprometidas com a questão (Movimentos Populares, Igreja, Universidades, Partidos Políticos, Sindicatos). Existem hoje diversos grupos de alfabetização de adultos no país vinculados a organizações populares com importante experiência político-pedagógica. Esses grupos devem ser incorporados a este projeto, respeitando-se sua autonomia política de forma a potencializar sua capacidade de se tornarem pólos dinamizadores do trabalho em suas regiões. A idéia é realizar este movimento em duas etapas. Cada uma delas deverá atingir 15.000.000 de pessoas e terá a duração de 2 anos: o primeiro ano destinado à alfabetização e o segundo à pós-alfabetização.

Movimento Nacional de Alfabetização que incorpore, além do governo, "os esforços organizados da sociedade civil", mobilizando 500.000 monitores.

Necessitaremos de aproximadamente 500.000 grupos de alfabetização. A mobilização de 500.000 pessoas, suficientemente qualificadas para o papel de monitores, será sem dúvida, o maior desafio de um projeto dessa dimensão.

Estimamos que o projeto teria um custo total da ordem de US$ 7,6 bilhões.

É importante ainda ressaltar que este Movimento Nacional de Alfabetização deve integrar um projeto mais amplo, articulado entre União, Estados e Municípios, que assegure a escolarização fundamental (1º grau) a jovens e adultos. Deve também estar articulado com uma política cultural que assegure e amplie o acesso à produção cultural realizada no país, nos seus diversos níveis, à grande maioria dos trabalhadores, o que por sua vez compõe e redimenciona o processo educativo.

Qualificação, Valorização e Dignificação Profissional dos Docentes

Em primeiro lugar é preciso remuneração digna sem o que, qualquer política de valorização é uma falácia. Isto significa o estabelecimento do piso nacional e do plano de carreira, aliado à discussão da jornada, pois é preciso assegurar ao professor tempo para elaboração do trabalho. Além disso é preciso assegurar o processo de formação, aperfeiçoamento e treinamento a todos os docentes, através de convênios com universidades e outras instituições ligadas ao ensino e pesquisa. Particularmente no que se refere a existência de professores leigos, os números sao alarmantes. Preten-

demos assegurar formação e habilitação em serviço destes profissionais de forma a recuperar suas experiências e garantir-lhes formação teórica específica.

Estabelecimento de Piso Salarial e Plano de Carreira Nacional para o Magistério.

Por fim é indispensável a participação dos educadores brasileiros no processo de discussão da reestruturação do ensino, comprometendo-os com a elaboração de uma nova política educacional para o país.

EMENDA CONSTITUCIONAL: VERBAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO

Francamente favorável. O governo da Frente Brasil Popular encaminhará para análise do Parlamento emenda constitucional que garanta destinação exclusiva de verbas públicas para a escola pública em todos os níveis, coerentemente com a luta encetada pelos Partidos que a compõem, na Constituinte. Essa é uma maneira de se trabalhar no sentido de que a União e Estados supram a demanda necessária de vagas no ensino público universitário. As outras são:

— Destinação de recursos superiores aos 18% da receita tributária, de modo a contemplar adequadamente as reais necessidades orçamentárias em educação, sob responsabilidade da União.

— Redefinição das prioridades de distribuição de recursos para que as atividades educacionais fins sejam privilegiadas e transparentemente atendidas.

— Criação de cursos noturnos nos estabelecimentos de ensino superior público de modo a viabilizar o acesso dos trabalhadores a essas instituições e reverter, nos primeiros anos do nosso governo, a porcentagem de matrículas nos estabelecimentos privados.

— controle rigoroso realizado pela comunidade e pelos Conselhos de Desenvolvimento Educacional Estadual e Federal sobre estes estabelecimentos, a partir da exigência de cumprimento do Padrão Nacional único de Qualidade de Ensino.

Verbas públicas com destinação exclusiva para a escola pública. As "fábricas de diploma" não podem continuar existindo.

A rede privada deverá cumprir os principais quesitos deste padrão: plano de carreira e de salários, obrigatoriedade de garantia da formação e aperfeiçoamento e reciclagem dos docentes, garantia de existência de condições de trabalho mínimas: Instalações, material didático, número de alunos por sala, jornada de trabalho compatível como trabalho pedagógico na escola, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os cursos que não se enquadrarem neste padrão serão fechados. As "fábricas de diploma" não podem continuar existindo.

ESCOLHA DE DIRIGENTES NAS IES PÚBLICAS

A luta pela autonomia das Universidades, desenvolvida e conquistada nos termos da Constituição Federal pelos movimentos organizados que representam a comunidade universitária, contou com especial atenção dos partidos da Frente Brasil Popular durante a Constituinte. Têm todos eles a firme convicção de que sem democracia, a real autonomia não se estabelece.

É inadmissível a intervenção do Estado na escolha dos dirigentes das IES públicas.

A Frente Brasil Popular entende ser inadmissível a intervenção do Estado na escolha dos dirigentes das instituições superiores públicas e, em função disso, compromete-se a:

a) desenvolver ações para que na LDB os princípios constitucionais de autonomia universitária e gestão democrática sejam rigorosamente assegurados, garantindo-se que a eleição dos dirigentes universitários se esgote no interior das instituições;

b) enquanto perdurar qualquer legislação restritiva prevendo elaboração de listas, nomear sempre, Reitor (ou Diretor) eleito democraticamente por sua comunidade universitária;

c) assegurar junto às universidades a necessária priorização no campo da pesquisa, ensino e extensão de projetos e cursos que respondam às prioridades de desenvolvimento do país, a partir das necessidades da maioria da população trabalhadora, norteados por um novo modelo econômico. Para tanto, a Frente Brasil Popular no governo discutirá abertamente com as universidades seus planos e metas de governo de forma a acolher suas contribuições.

Democratização da gestão das escolas de 1º e 2º graus.

— Somos absolutamente favoráveis à eleição de diretores de 1º e 2º Graus, a partir da discussão de programas e plataformas de ação pelas respectivas comunidades.

As eleições devem traduzir a vontade da comunidade em relação aos desígnios de cada escola. Ela permite, entre outros mercanismos de gestão que, através do vínculo entre representantes e representados a comunidade recupere o poder de decisão sobre os rumos das escolas.

É preciso assegurar o direito dos diretores concursados. A eleição deverá ser feita portanto, progressivamente, à medida que se estabeleça a vacância do cargo. Deve-se considerar ainda que a eleição não pode nem deve criar na escola uma situação de duplo poder, onde concorram Diretor e Conselho de Escola. A gestão da escola é de responsabilidade do Conselho que deverá ser eleito democraticamente pela comunidade (professores, alunos, funcionários e pais). O diretor deverá ser, eleito ou concursado, executor da política educacional definida neste organismo.

ORÇAMENTOS DA IFES: OCC

— Em primeiro lugar é preciso assinalar que o quadro exposto no texto da pergunta conta com total concordância da Frente Brasil Popular; até porque vários parlamentares que integram os partidos que foram a Frente — PT, PC do B e PSB — são testemunhas oculares dos acordos sobre verbas para as IFES feitos como movimento docente, não cumpridos pelo governo Sarney.

De outro lado, é fundamental assinalar, que a Frente Brasil Popular, já no primeiro orçamento do seu governo, consignará os recursos necessários para que o índice de 1973 seja retomado, de modo que as Instituições Federais de Ensino Superior tenham verbas necessárias para que, com qualidade e espírito crítico, e tendo em conta o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, desempenhem sua função social.

SUPERAÇÃO DA DEPENDÊNCIA EM C & T

Em primeiro lugar, cabe ao novo governo mudar a orientação da política científica — tecnológica. Não se trata mais de reproduzir o padrão de modernidade dos países desenvolvidos, mas de colocar a Ciência e Tecnologia a serviço da superação das deficiências nutricionais, educacionais, de saúde e habitação da população brasileira.

Através da definição clara desses objetivos, caberá ao Estado orientar os investimentos públicos para os setores que tragam reais benefícios ao país, assegurando às atividades de pesquisa o acesso ao que de mais sofisticado houver em termos de produção intelectual e de equipamentos. É importante reter as formas de trabalho mais valorizadas no país, como as envolvidas em projetos de equipamentos e produtos e a produção de bens de capital e de tecnologias de ponta seleciondas. É fundamental consolidar esse valorizado mercado de trabalho, inclusive porque isso interfere diretamente na inserção do Brasil no mercado internacional.

Cabe ao Estado estabelecer um conjunto de metas para remover restrições de natureza científica e/ou tecnológica à consecução de seu plano de desenvolvimento sócio-econômico; selecionar as instituições de pesquisa encarregadas de alcançá-las; levantar e alocar recursos necessários. A partir de resultados positivos, o modelo estatal poderá gerar modelos para a iniciativa privada, visto que é na indústria nacional que se encontram as maiores possibilidades de desenvolvimento tecnológico independente do controle do setor multinacional. Os recursos públicos deverão ser aplicados, portanto, nos Institutos de Pesquisa, Universidades, Centros de Pesquisas de Empresas Estatais, com um incentivo simultâneo ao setor privado na utilização dos frutos dessas pesquisas.



Os recursos públicos deverão ser aplicados nos Institutos de Pesquisa, Universidades, Centros de Pesquisa de Empresas Estatais, com incentivo simultâneo ao setor Privado.

Quanto à cooperação de tecnologias de outros países, acreditamos que deverá existir, mas subordinada ao interesse mútuo dos países envolvidos. A tecnologia hoje se desenvolve e evolui tão rapidamente que não há sentido em deixar de considerar os avanços dos outros países mais desenvolvidos, independentemente do regime sócio-econômico (excluídos os casos em que tal cooperação represente o reconhecimento de governos como o da África do Sul, por exemplo). As condições para que o governo da Frente Brasil Popular vá buscar cooperação tecnológica serão:

— tecnologia que o Brasil não tem no momento e que sejam prioritárias para a sociedade, cuja necessidade seja de curto prazo e que os Institutos de Pesquisa brasileiros possam desenvolver a longo prazo. A meta, portanto, é a importação de tecnologia.

UNIVERSIDADE PÚBLICA E C & T

Já ficou amplamente demonstrado que inúmeros grupos de pesquisa do país, mesmo não tendo condições adequadas de trabalho, têm capacidade de produzir conhecimento científico e tecnológico nas diferentes áreas do saber.

A Universidade Pública desempenha, nesse contexto, um papel absolutamente central, respondendo por exemplo, como se sabe, por mais de 95% dos cursos de pós-graduação. O potencial de trabalho científico do pesquisador brasileiro é, portanto, muito promissor, embora o volume das pesquisas desenvolvidas no país esteja muito aquém das carreiras brasileiras se transformem em centros de produção e difusão do saber, levando em conta suas cacterísticas regionais priorizando as enormes necessidades que afligem a grande maioria da população brasileira.

Dar condições para que toda as universidades públicas se transform em centros de produção e difusão do saber.

Tisssssss!!!

"Há uma tendência de transformação para um país de doutores e analfabetos"

Ulysses: prioridade ao ensino básico

O candidato Ulysses Guimarães atirma que aplicará 2,5% do PIB nos campos da ciência e tecnologia, 7 bilhões de dólares na área da educação, destinados prioritariamente ao ensino básico, aumentará a oferta em mais de 100 mil salas de aula. Pensa que sem o setor privado no Brasil, a situação do ensino de terceiro grau "seria catastrófica". Entende que para escolha de reitores a lista tríplica "talvez seria a melhor solução". Questiona o alto consumo das Instituições Federais de Ensino Superior dos recursos totais do MEC.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO PROJETO DE GOVERNO

A política de desenvolvimento deve ter como eixo a rápida incorporação de progresso técnico. O que deve marcar, hoje, a política brasileira de desenvolvimento econômico é a busca de um dinamismo próprio no crescimento e na transformação dos diversos setores da economia, suscetíveis de serem orientados por decisões internas e soberanas, o que pressupõe a capacitação do país nos campos da ciência e tecnologia. Nessa área, o meu programa de governo prevê aplicações em torno de 2,5% do PIB (hoje são aplicados apenas 0,6%). Além disso, a política de ciência e tecnologia deve ter um ministério com efetivo poder político, sobretudo no que se refere ao financiamento, normatização, coordenação e planejamento. A diversificação e descentralização, a nível estadual, das instituições de apoio à pesquisa e desenvolvimento devem ser estimuladas.

Ciência e tecnologia são fundamentais para o aumento persistente da produtividade, para a expansão do mercado interno, elevação dos salários e melhoria da distribuição de renda.

ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Meu programa de governo prevê novos investimentos da ordem de 7 bilhões de dólares para a área da educação. Dessa forma, a verba para o setor passaria dos atuais 4,2% para 6,7% do PIB. Esses recursos serão destinados, prioritariamente, para o ensino básico, aumentando a oferta em mais 100.000 salas de aula. Além disso, é preciso investir na recuperação e manutenção da rede atual, na qual, pelo menos 30% do espaço escolar está comprometido por problemas físico-estruturais. As escolas primárias têm reduzida capacidade de manter as crianças no seu espaço e os níveis de repetência são muito elevados. Para manter a criança na escola é preciso aumentar o atendimento da merenda escolar de 125 refeições aluno/ano para 180.

Hoje, fala-se do analfabetismo como barreira para o país caminhar ao rumo da atual revolução científica e tecnológica. Para o PMDB, a elevação do padrão da escolaridade é condição crucial e decisiva à consolidação da democracia e à sustentação do desenvolvimento.

QUALIFICAÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIGNIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES

A elevação do padrão de escolaridade exige substancial elevação do salário do professorado. Com os atuais níveis, a batalha está perdida. A reciclagem e extinção do pessoal docente sem habilitação é uma segunda diretiva que somente se viabiliza com a digna remuneração do magistério. Como elevar a carga horária e melhorar o ensino com um professorado na linha de pobreza? O PMDB pensa que é prioridade nacional fixar um piso para professores primários de 3 salários mínimos efetivamente em funções docentes e desenhar um sistema de transferências federais que viabilize este piso. É desta forma que pretendo valorizar e dignificar os docentes brasileiros.

EMENDA CONSTITUCIONAL: VERBAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO

Como é possível falar em algum plano de privatização do ensino de terceiro grau em nosso país, se, com os recursos do MEC destinados ao terceiro grau, ao setor universitário, apenas 30% do alunato freqüentam escolas públicas desse nível. E, apesar de apenas 30% freqüentarem universidades públicas, o ensino superior absorve muito mais de 70% dos recursos do MEC. Se não houvesse um setor privado no terceiro grau, a situação seria catastrófica. O que é importante, no Brasil, é nós lutarmos pela educação, educação sem adjetivação. Não lançar, por exemplo, programa "SOS Universidade", é preciso lançar um programa "SOS Educação" Até porque, os que trabalham nas universidades têm um extraordinário poder vocal, enquanto as crianças, que ficam fora da escola ou não terminam o 1º grau, num total de 88% não terminam o 1º grau, são portanto funcionalmente anlfabetos, têm um débil poder local, não têm capacidade de promover comícios, passeatas. Então, não há portanto nenhum esquema, nenhum projeto de privatização na área do terceiro grau. A Constituinte tentou, mas não conseguiu, aprovar um artigo tirado do projeto Afonso Arinos, artigo extremamente razoável, que estabelecia o seguinte: As universidades públicas serão obrigadas a destinar um terço, 33% das suas vagas, a estudantes carentes devidamente habilitados. Ora, nada mais justo, nada mais democrático, nada mais razoável. Pois houve uma coligação para torpedear esse artigo de inspiração tão feliz do projeto Afonso Arinos. E o que acontece, então, por culpa dessas distorções? A universidade pública do Brasil é elitista. Ela acolhe, na sua esmagadora maioria, filhos de ricos, superricos e da classe média alta. Elas quase não tinha cursos noturnos. Só agora, elas serão obrigadas a ter por imperativo da nova Constituição.

Vamos admitir a hipótese de ocorrer o colapso do setor privado do ensino de terceiro grau. Todo dinheiro do MEC somado não daria para abrigar metade do alunato interessado em cursar as universidades públicas, que seriam as únicas existentes. O que a constituinte aprovou em sua soberania, democraticamente, foi



que continuasse a ser dada uma ajuda, que é absolutamente insignificante, a universidades confessionais, filantrópicas, sem finalidade lucrativa. Essa decisão da constituinte foi uma decisão sábia. Se não fosse adotada iria criar um problema de extrema delicadeza, porque as Pontifícias universidades católicas, que têm excelente nível, enfrentariam problemas financeiros de extrema gravidade.

ESCOLHA DE DIRIGENTES NAS IES PÚBLICAS

O corporativismo que está se expandindo, se fortalecendo cada vez mais no universo da educação brasileira, vai provocar males irreparáveis. O problema das universidades existe no mundo capitalista e no mundo socialista. Nos Estados Unidos, como nós sabemos, a universidade, em sua esmagadora maioria, está no setor privado. E as universidades públicas são pagas, embora o estudante residente no mesmo estado se sirva da universidade pagando mensalidade menor. E os problemas nos Estados Unidos são graves. Foi necessário fazer uma ampla e profunda avaliação da educação americana, e o resultado foi tão estarrecedor que o título da claquete que resume as conclusões é esse: "Uma nação em perigo". A nação que está em perigo, em conseqüência das graves falhas da estrutura de educação, chama-se Estados Unidos da América, um país poderoso. E na União Soviética, agora na fase da Glasnot, na fase da Perestroika, Gorbachev, autor do livro que é um best-seller também no Brasil, afirma que na União Soviética hoje, estão sendo fechadas, sumariamente, fábricas e universidades reconhecidamente ineficientes. Aqui, no Brasil, nós temos de ter uma universidade com ampla independência e autonomia no campo da ciência, da pesquisa científico-tecnológica, mas o que não pode ocorrer é a auto-gestão administrativa, a ausência de fiscalização por parte da própria comunidade e de órgãos governamentais também. A própria universidade não pode querer esse isolacionismo, que pode ser perigoso, porque a distância da sociedade a quem ela deve servir. Ora, nós temos um Tribunal de Contas. Se uma entidade de ensino recebe dinheiro do povo, arrecadado através da cobrança de impostos, ela precisa prestar contas, ela não pode ter autonomia total, até porque ninguém pode ser totalmente independente. Nós, seres humanos, temos a nossa independência limitada porque, para sobrevivermos, nós precisamos do oxigênio.

Uma outra questão é a da lista sêxtupla, criada pelo regime militar para aumentar a possibilidade de ter, entre os escolhidos pela comunidade universitária, uma ou mais pessoas de sua "confiança". Talvez a melhor solução fosse a redução para lista tríplice, com a qual a universidade teria ampliado o seu espaço, seria melhor atendida em sua latitude.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ESCOLAS DE 1º e 2º) RAUS

Em vários países democráticos, existem os conselhos municipais de educação eleitos pela comunidade no mesmo dia da eleição do prefeito, de vice-prefeito, do delegado de polícia e do juiz de paz. Por que só aqui no Brasil se quer entregar o controle, a fiscalização, aos próprios protagonistas dessa área: professores, servidores e mesmo estudantes? É necessário um controle da sociedade, através desses conselheiros de educação. No entanto, na Constituinte, não foi pssível aprovar um artigo criando esses conselhos municipais de educação, porque o que a universidade exige é a total, ampla e irrestrita autonomia. Mas ela não pensa, obviamente, que o dinheiro não é gerado pela própria universidade, é gerado através de impostos, e quem paga imposto tem o direito de saber como está sendo utilizado o seu dinheiro.

A universidade não pode se eximir tanto da prestação de serviço, da fiscalização, quanto da legitimidade do poder democraticamente exercido. Um dirigente, que escolhe um reitor ou um diretor de escola, ele tem um mandato concedido pela sociedade, democraticamente. Quanto às práticas clientelísticas/eleitoreiras.

ORÇAMENTO DAS IFES: OCC

Veja aí o que é a preocupação egoísta em relação a entidade de ensino superior. Nunca há a visão global, o interesse global, pela educação desde a pré-escola, ou desde o jardim de infância, até a universidade. Isso que eu desejo se reflete num diagnóstico da Unesco, segundo o qual o superdimensionamento do ensino superior é um fenômeno característico dos países subdesenvolvidos. E nesses países em desenvolvimento, há uma tendência de transformação de um país de doutores e analfabetos. Uma minoria insignificante altamente educada e a maioria esmagadora ou analfabeta, ou funcionalmente analfabeta, não sabe ler, escrever ou contar, ou que não tenha pelo menos oito anos de escolaridade. Nós estamos dando preferência ao terceiro andar do edifício em detrimento do alicerce da educação que é o jardim de infância, que é também o ensino de primeiro grau. Até porque a força de pressãoé incomparavelmente maior na área das universidades.

SUPERAÇÃO DA DEPENDÊNCIA M C & T

Desejo afirmar que mais importante do que utilizar mecanismos de proteção, é criar as condições prévias para a capacitação tecnológica nacional nas áreas emergentes para que o país alcance patamares tecnológicos de fronteira, em igualdade de condições com os parceiros internacionais.

A garantia de que a ciência e tecnologia nacional obtenha e capture uma parcela do mercado é exigindo, requerendo, que a empresa nacional realize dispêndios efetivos em pesquisa e desenvolvimento.

UNIVERSIDADE PÚBLICA E C & T

Tecnologia se desenvolve principalmente nas empresas, institutos de pesquisas aplicadas e, fundamentalmente, na universidade. É a interação de todas as partes do sistema que permitirá um processo de criação dinâmica de tecnologia. Portanto, é preciso investir em todas as dimensões.